



ELQ

PORTE
PAGO

ANO XI
N.º 132
MENSAL
MAIO
1985
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

ELEIÇÕES EM 15 DE JUNHO

**MESAS DE VOTO
NA SEDE, DELEGAÇÕES
E NÚCLEOS**

PÁG. 12

**LISTAS CONCORRENTES
E PROGRAMAS**

**CALENDÁRIO
DE REUNIÕES DAS LISTAS**

CENTRAIS

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINARIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 28 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 15 de Junho de 1985 (sábado), das 9 horas às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o Biénio de 1985/87.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, em Lisboa (Palácio da Independência), nas instalações das delegações e ainda nos Núcleos existentes.

ADFA, 15 de Abril de 1985

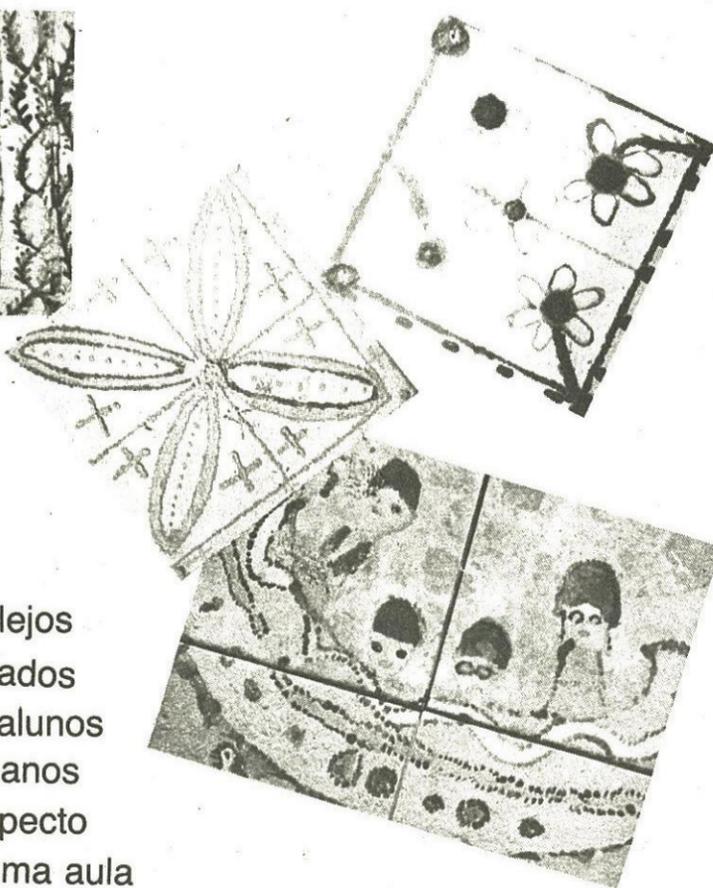
A Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente

António J. Lavouras Lopes

ESCOLA DA ADFA

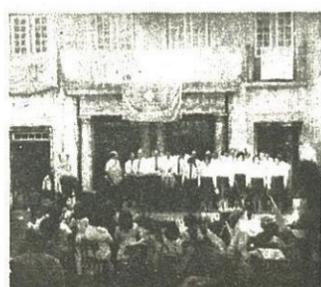


Azulejos
pintados
por alunos
africanos
e aspecto
de uma aula
de alfabetização



PÁG. 5

ENCONTRO DE DUAS CULTURAS



**FESTA
DE
ANIVERSÁRIO**

PÁG. 3

**DELEGAÇÃO
DA MADEIRA
JÁ TEM SEDE PRÓPRIA**

PÁG. 4

FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ANTIGOS COMBATENTES

Comissão Africana

A reunião da Comissão Africana da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra que estava prevista para 25 a 28 de Maio em Freetown Leoa foi cancelada por a data prevista para a sua realização coincidir com as festividades religiosas do Ramadão.

Ainda sem confirmação, essa reunião poderá vir a ter lugar paralelamente à Assembleia geral da FMAC, em Roterdão, na Holanda, em Novembro.

A ADFA, lembramos, deverá ter um papel activo nessa reunião da Comissão Africana, em que representará a FMAC com a missão concreta de estabelecer a ponte entre a Federação Mundial e os deficientes e antigos combatentes dos novos países de expressão portuguesa, missão que lhe foi atribuída durante a última reunião da Comissão Permanente Europeia da FMAC realizada em Lisboa em Fevereiro último.

Ásia e Pacífico

A Comissão Permanente da FMAC para a Ásia e Pacífico reunirá em Kathmandu entre 26 e 28 de Novembro de 1985, revelou o presidente interino dessa comissão, general Sridhar Shamsheer J. B. Rana. Data e local foram escolhidos para possibilitar a participação nessa reunião dos elementos que, dias antes, estarão em Roterdão na 18.ª Assembleia Geral da FMAC.

Aniversário de Helsinquia

A convite das associações de antigos combatentes finlandeses e de acordo com as recomendações feitas em Atenas por ocasião da Conferência dos Antigos Combatentes Sobre Segurança, Desarmamento e Cooperação na Europa, o Comité de Coordenação Sobre Desarmamento realizará uma reunião alargada em Helsinquia-Hailo, em 29 e 30 de

Julho, durante a qual será adoptada uma mensagem exprimindo o apoio da comunidade dos antigos combatentes ao «Processo de Helsinquia». O Comité examinará ainda questões relativas ao Encontro Mundial a realizar durante o último trimestre de 1986.

O papel da mulher na FMAC

As actividades da Comissão sobre o papel das mulheres na FMAC prosse-



guem. O Comité Internacional da Cruz Vermelha está a terminar a obra sobre a situação da mulher nos conflitos armados que empreendeu por recomendação feita durante a reunião da Comissão em Copenhaga. Em breve deverão ser divulgadas novas informações sobre os trabalhos da Comissão e sobre as modalidades de participação das associações membro da FMAC nesses trabalhos.

Cooperação com a Cruz Vermelha

Prosseguem as conversações para a organização de um simpósio sobre «Os Antigos Combatentes e o Direito Internacional Humanitário — Ontem, Hoje e Amanhã», que deverá realizar-se em Oslo na segunda quinzena de Março de 1986.

A Cruz Vermelha Norueguesa será a anfitriã desse simpósio.

A FMAC e o Comité Internacional da Cruz Vermelha têm ainda em curso outras acções comuns, nomeadamente uma obra sobre a situação da mulher nos conflitos armados, actualmente em fase de redacção.

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DE GUERRA ALEMÃES POR OCASIÃO DO 40.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA II GUERRA MUNDIAL

«OS INIMIGOS TORNARAM-SE AMIGOS»

Por ocasião do 4.º Aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, a Direcção da Associação dos Deficientes da Guerra e do Serviço Militar e Pensionistas da Alemanha Ocidental (VDK) adoptou por unanimidade uma declaração em que se congratula por este aniversário e chama a atenção para os ensinamentos que dessa guerra há que tirar para o futuro. Eis o texto integral:

O 40.º aniversário da rendição sem condições do exército alemão às Forças Aliadas em 8 de Maio de 1945, em Karlshorst, Berlim, é, sobretudo, para os milhões de vítimas de guerra sobreviventes, uma jornada de lembrança e de ensinamento histórico para a reconciliação dos povos na paz e na liberdade.

A memória da VDK dirige-se enlutada para os milhões de seres humanos de todos os povos do mundo sacrificados insensatamente nos campos de batalha do mundo sob saraivadas de bombas e durante a expulsão das suas pátrias, para os milhões de seres humanos que foram massacrados deliberada e cruelmente porque pertenciam a uma certa raça, porque professavam uma religião ou por chamarem a injustiça flagrante do nacional-socialismo pelo seu nome.

As vítimas da guerra tem a vocação de lembrar, por ocasião do 40.º aniversário da rendição, a grande tarefa que foi confiada ao nosso povo nessas circunstâncias. Justamente esses milhões de deficientes de guerra e de pensionistas, estiveram dispostos, após a completa derrota da Alemanha, a construir um estado democrático que, segundo a sua convicção, só poderia ser um estado social constitucional. Pela sua

actividade, a VDK deu sempre um contributo importante para que a República Federal da Alemanha seja um estado constitucional democrático e social.

Directamente, após o final da guerra, a VDK construiu pontes de reconciliação e compreensão para com os antigos inimigos e dessa forma lançou os fundamentos para um desenvolvimento da paz entre as nações. Mais de 600 geminações com associações de vítimas de guerra no estrangeiro são o testemunho do êxito dessa empresa. Os inimigos tornaram-se amigos.

Ainda um ensinamento que o 40.º aniversário impõe a todos os seres humanos é visto pelo VDK como parte da tarefa histórica de resistir à tirania e à violência onde estas se manifestam.

Apesar de todos os esforços da geração da guerra pela paz, a violência, o ódio e as guerras criam sofrimentos inexprimíveis, a fome, a miséria, o infortúnio, a exploração e a injustiça social, em todas as partes do mundo.

A humanidade tem direito à paz.

É por isso que a VDK da Alemanha faz um apelo, sobretudo às superpotências para que ponham termo a essa louca corrida aos armamentos e iniciem a redução dos sistemas de armas cujas consequências terríveis são inimagináveis.

Quarenta anos de paz na Europa constituem uma obrigação de completar a obra de reconciliação entre todos os povos e de realizar o seu direito à autodeterminação.

O 40.º aniversário do fim da guerra é também ocasião para a VDK agradecer o auxílio altruista dos outros povos na tarefa de evitar uma grande miséria após a guerra e na reconstrução do nosso país destruído.

ADFA RECLAMA PAGAMENTO DO SUPLEMENTO DE SERVIÇO AOS DFA'S

No cumprimento das atribuições que estatutariamente lhe estão cometidas, a Direcção da ADFA enviou ao administrador da Caixa Geral de Aposentações uma petição em que solicita que o suplemento especial de serviço. (Dec. Lei 81-A/84 de 12.3.84) passe a ser pago aos deficientes das Forças Armadas.

De facto, tal suplemento não é actualmente extensivo aos DFA's apesar de a lei estabelecer que «o montante da pensão de reforma extraordinária ou da pensão de invalidez aos militares considerados DFA's será sempre calculado por inteiro» (artigo 9 do Dec. Lei 43/76).

Por outro lado o n.º 1 do artigo 12 do mesmo diploma legal estabelece que tais pensões «serão actualizadas automaticamente com relação aos correspondentes vencimentos».

Da leitura desse artigo 9, se conclui que no cálculo da pensão dos DFA's deverão ser considerados os suplementos a que o militar tem direito, enquanto no activo, desde que influam na quotização para a Caixa Geral de Aposentações, sublinha o fundamento da petição.

De resto, se dúvidas houvesse quanto à aplicação desse mecanismo, estas seriam removidas com a leitura do preâmbulo do Decreto Lei 43/76 onde expressamente se declara que uma das inovações que este diploma introduz consiste na «aplicação do princípio da actualização de todas as pensões e abonos devidos aos DFA's sempre que houver alteração de vencimentos e outros abonos do activo».

EMBAIXADOR DA GUINÉ-BISSAU RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA

A Direcção da ADFA foi recebida pelo embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa, Leonel Sebastião Vieira, ao qual expôs, em nome da Federação Mundial de Antigos Combatentes, a vontade dessa Federação de cooperar com os ex-combatentes desse País e de que estes venham a tornar-se membros da FMAC.

O diplomata guineense mostrou grande abertura às propostas que lhe foram apresentadas e sublinhou que o estabelecimento de laços entre ex-combatentes guineenses se insere perfeitamente no espírito de cooperação existente entre os dois países noutras áreas.

No concreto, em relação aos antigos combatentes da Guiné-Bissau, o chefe da missão diplomática guineense em Lisboa afirmou que as autoridades de Bissau estão a desenvolver um esforço de integração dos seus ex-combatentes, nomeadamente através da sua inserção no mundo do trabalho, em cooperativas, embora reconhecendo que esse esforço de integração depara com grandes dificuldades.

A ADFA, lembramos, havia já sido recebida na Embaixada de Moçambique com idêntica finalidade, dando cumprimento à missão de que foi incumbida pela Comissão Permanente Europeia da FMAC na sua reunião de Lisboa em Fevereiro passado.

BODAS DE PRATA

Em breve, 25 anos terão decorrido desde o dia em que muitos de nós se transformaram em pessoas deficientes... Repentinamente, jovens apurados, escolhidos, seleccionados em função de aptidões físicas e psíquicas tantas vezes invulgares, treinados para especialidades onde o vigor, a resistência, eram fundamentais, viram-se, em virtude do cumprimento dos seus deveres militares, incapacitados, obrigados a mudar radicalmente hábitos de vida, profissão, estudos, desporto, e a gastar a juventude de consulta em consulta, de operação em operação, de médico em médico, arrostando quase sempre com mil e uma incompreensões.

A deficiência permanente não é superável, implica uma adaptação terrivelmente penosa à adversidade e, aí sim, uns serão melhores que outros. Mas, atenção, há quem chame à tenacidade

de falta de inteligência ou confunda na vida profissional, familiar ou até desportiva, com o impossível ultrapassar da deficiência permanente, fazendo-nos críticas injustas, quando não mal intencionadas!

Estes longos anos de luta, este batalhar diário, contínuo, dão-nos um estímulo, constituem um desafio, que queremos contagiosos. Ao lado dos deficientes civis, os deficientes das Forças Armadas lutam por melhores dias. Isto foi constatado, reflectido, em amena conversa, no termo de uma semana de trabalho, à mesa de modesto restaurante, pelos elementos da comissão instaladora do Núcleo de Cascais.

Que foi feito? Que ficou projectado? Como tornar realidade uma estrutura deste tipo?

Em resumo: está em curso todo um trabalho de apoio aos sócios, incidindo

em todos os campos, com base exclusivamente em contactos pessoais, facilitando, a nível local, a solução de vasta gama de problemas, sem resumo a deslocações a Lisboa. Está projectada a instalação do Núcleo e, partindo daí, uma série de actividades e iniciativas, sem dúvida ambiciosas mas perfeitamente exequíveis. Finalmente, decorrem diligências, junto de diversas entidades, tendo por objectivo alcançar estas metas.

Em toda a parte o acolhimento é excelente. Todavia, não se tratando de uma Delegação, o Núcleo só avança em função das dificuldades e apoio dos sócios da respectiva área.

Já se enfrentaram, e venceram, mais difíceis reptos. Neste caso, a vitória da ADFA é a obra, nem sempre visível, das suas bases, dos seus associados.

(Núcleo de Cascais)

ENVIO DO «ELO»

A título excepcional, independentemente do estado de pagamento das quotas, este número do «Elo» é enviado a todos os sócios. Esta excepção assenta no facto de o aviso da realização das eleições para o biénio de 1985/87, ser feito neste número e todos os sócios devem ter conhecimento deste importante acto associativo, a fim de nele participarem.

ANIVERSÁRIO DA ADFA: UMA FESTA DE JUVENTUDE

Na tarde de sábado 25 de Maio, na sede, assinalando a passagem do 11.º aniversário da ADFA, aconteceu uma festa de juventude, iniciada com as vozes do Grupo Infantil Silveirense, formado por crianças entre os 7 e os 12 anos. Seguiu-se a exibição do Rancho Infantil dos Fazendeiros da Barra Cheia e muito e muito mais, até que o Carlos César abandonou os comandos da instalação sonora para se juntar a um trio formado por Cecília Paços, Luís Arriaga e Patuleia Mendes, já quase em fim de festa.

Descontado o facto de muitos associados terem tido vergonha de comparecer, ou medo da chuva que não chegou a surgir, foi uma festa animada, onde não faltaram cantigas, petiscos e surpresas.

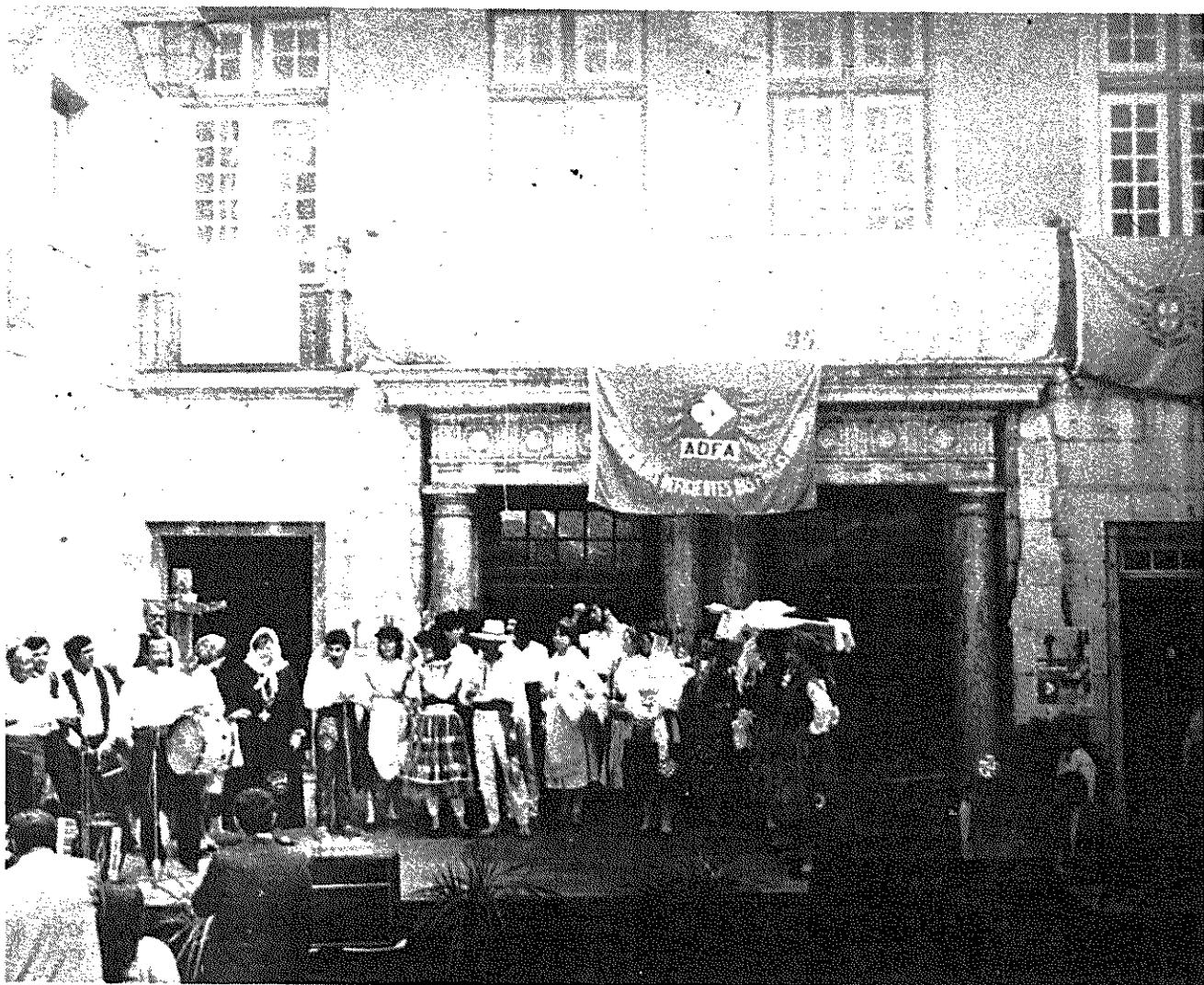
O Grupo Coral Infantil Silveirense, do Barreiro, de que é animador o nosso associado José Sagum, apresentou-se com uma afinação notável atendendo ao seu pouco tempo de existência — foi formado em Dezembro de 1984. Mesmo com a instalação sonora a fazer birras para desespero do Almeida Santos e do Carlos César, os jovens membros do grupo deram boa conta de si. Eram eles a Sandra Rita, de 9 anos; a Suzana (10), a Gina (11), a Fátima, também com 11, a Isabel (12) e o Pedro (13).

Para quem queira voltar a ouvi-los, aqui fica a indicação de que estarão presentes nas festas do concelho do Barreiro, com as seguintes exhibições já marcadas: dia 2 de Junho, no Estádio Alfredo da Silva e, no dia 10 do mesmo mês, no Piquenique e Convívio Musical que vai realizar-se na Av. Duarte Pacheco. No Barreiro, claro.

Vieram depois os Fazendeiros da Barra Cheia e Arredores (Moita do Ribatejo), com as suas concertinas, ferrinhos e cântaro, para dizer que «A laranjinha é redonda».

Trajos coloridos, eles de fazendeiros em jaqueta, calça justa, barrete negro, elas de moças do campo em traje de ir ao mercado, lenço garrido, saia rodada e meia branca.

O rancho infantil terminou a sua exibição com um fandango sapateado por «dois homens do amanhã», o Vítor e o Paulo, dos mais velhinhos do grupo. Seguiu-se o grupo adulto, onde pontuavam duas solistas trajadas de saias com barra e bordados, mais os brincos e arrecadas. Elementos masculinos de forcados e campinos, jaquetas vermelhas bordadas uns, jaqueta cinzenta outros. Depois foi a vez do Grupo Coral da COOPinhal —



Rancho Folclórico do Círculo de Leitores

«Cooperativa de Consumo Popular Pinhalense», «um produto do 25 de Abril», como fez questão de frisar o seu porta-voz.

Cantaram «A Ceifa», quadras de António Aleixo, Rapsódias Alentejanas e o seu Hino: «Venceremos a falsidade, venceremos a fantasia, lutaremos contra a maldade, lutaremos pelo novo dia».

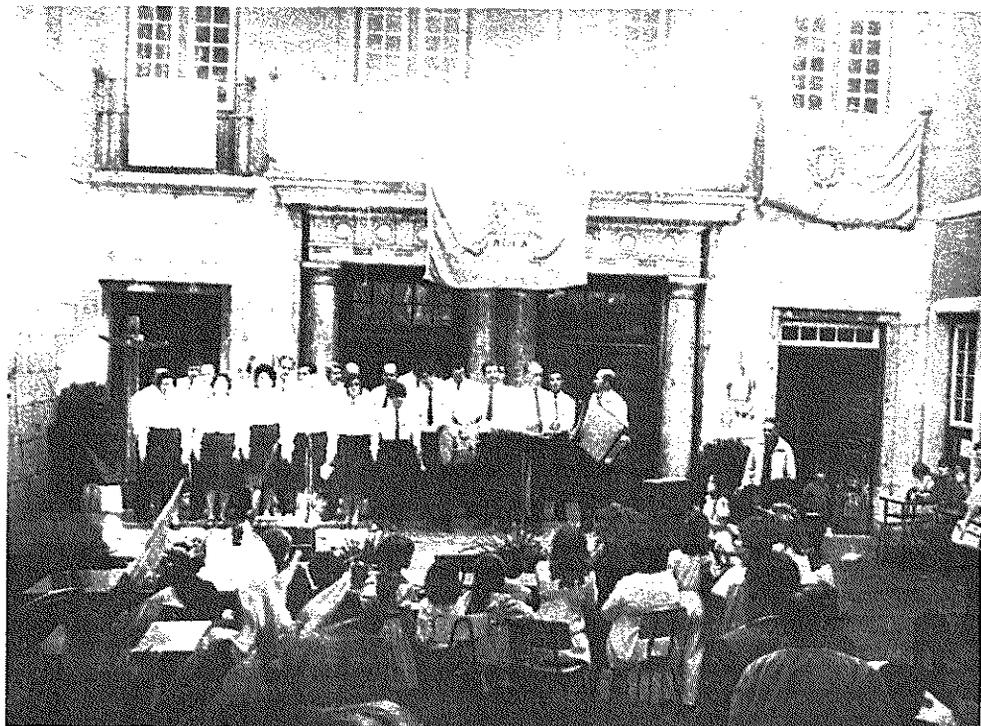
Na despedida, a Coopinhal entendeu reafirmar que está sempre à disposição e que «o seu único cachet são as palmas».

Veio depois o Rancho Folclórico do Círculo de Leitores com trajos, danças e cantares de várias regiões do País, do Minho à Madeira.

Já quase no final, formou-se um trio composto por Cecília Paços, Luís Arriaga e Patuleia Mendes, que estavam muito bem a cantar as suas canções populares quando foram assaltados pelo Carlos César, que entendeu e muito bem, que o melhor trio é o que dispõe de quatro elementos. E não se saiu nada mal.



Patuleia, Cecília, César e Arriaga, um trio de quatro elementos



Grupo Coral da COOPINHAL

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS ARTESANAIS

A ADFA vai promover, na sede central, de 25 a 28 de Junho, uma exposição de artesanato e trabalhos manuais de alunos da Escola da nossa Associação, de instituições escolares para deficientes e da Escola Nuno Gonçalves.

Assim, participarão neste certame a Liga Portuguesa de Deficientes

Motores, que apresentará tapetes de Arraiolos tecidos pelos seus associados, e a Crinadel, Cooperativa para a Educação de Crianças Inadaptadas de St.ª Isabel.

Está igualmente prevista a participação individual de artesãos deficientes, sócios ou não da ADFA. Simultaneamente, estará

patente na Sede uma exposição de olaria artesanal das regiões do Redondo, São Pedro do Corval e Bajonca, promovida pela Tradiarpo.

O objectivo é promover o intercâmbio cultural entre instituições de deficientes e não deficientes com vista a contribuir para a integração destes últimos no meio social.

Nos dias 25 e 26 haverá ainda uma demonstração de trabalho de oleiro por um artesão do Alto Alentejo. Essa demonstração será visitada por alunos da Escola Nuno Gonçalves.

Simultaneamente decorrerá uma exposição sobre as actividades da ADFA em que estarão

igualmente representadas outras organizações de deficientes.

Os deficientes artesãos que estejam interes-

sados em participar da exposição poderão dirigir-se à Secção de Dinamização da ADFA até 14 de Junho.

VENDE-SE

Terreno totalmente murado com água e luz na Charneca da Caparica.

31 x 15 m = 465 metros quadrados

Tel: 820671

DELEGAÇÃO DA MADEIRA JÁ TEM SEDE PRÓPRIA

A Delegação da Madeira da ADFA inaugurou no dia 25 de Maio a sua nova sede. Ainda nesse dia, houve um debate com a duração de uma hora no emissor regional da televisão sobre a temática da deficiência e, no dia seguinte, domingo, houve uma demonstração de tiro ao arco por dois associados da ADFA expressamente isdos de Lisboa com o apoio do Governo Regional.

À inauguração da sede da Delegação da Madeira, situada no Bairro da Ajuda, loja 4, estiveram presentes o Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Trabalho, em representação do Governo Regional da Madeira, o comandante do RIF, o comandante do GAC 2, um representante do Distrito de Recrutamento e Mobilização do Funchal, o presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, o presidente e director-geral da Educação Especial, o dr. Florêncio de Aguiar, da Comissão Regional de Reabilitação, e ainda um representante da Associação Portuguesa de Deficientes, além de cerca de uma centena de associados madeirenses.

Na ocasião, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais pronunciou uma breve alocução em que prestou homenagem aos que empenharam na tarefa de dar à delegação local da ADFA uma sede

condigna, afirmando que o acontecimento «reflece também a preocupação de engrandecer aqueles que ansiosa e legitimamente aspiram a um cada vez maior reconhecimento do seu direito



Ivo Faria Paulino com o Secretário Regional dos Assuntos Sociais e do Trabalho, durante a inauguração

de se integrar plenamente na sociedade».

O representante do Governo Regional afirmaria em seguida que

«Poderá esta associação (A ADFA) desenvolver acções no sentido de uma maior colaboração com organismos públicos e privados, já que a política de valorização humana para a qual se desenvolvem esforços não pode atingir os verdadeiros objectivos na sua plenitude sem promover a resolução premente dos principais problemas dos que se encontram afectados por qualquer deficiência».

«A vossa missão é difícil mas verã compensados os vossos esforços

do deficiente em geral na sociedade e na família.

Esforço de captação de novos sócio

A Delegação da Madeira da ADFA existe desde 1978, embora funcionando em condições precárias na garagem de um associado. A partir de agora ser-lhe-á possível empreender um esforço para elevar o número de associados (actualmente pouco mais de 200), visto que é bastante superior o número de deficientes militares naquela Região Autónoma.

Passo importante nesse sentido foi já dado no próprio dia da inauguração, com a passagem na televisão local de um debate de uma hora em que intervieram o Secretário Regional dos Assuntos Sociais e do Trabalho, o presidente da Delegação Ivo Paulino, Florêncio de Aguiar, em representação da Comissão de Reabilitação da Região Autónoma e ainda Mário Dias da sede central da ADFA, que representou a Direcção Central na inauguração.

Durante o debate foram focados os problemas que se colocam à integração do deficiente na sociedade, nomeadamente as barreiras de ordem arquitectónica e social, tendo sido feito notar que mesmo depois da resolução dos problemas económicos há ainda muito por fazer para uma real integração do deficiente.

No dia seguinte, domingo, realizou-se no Funchal uma demonstração de tiro ao arco por dois atletas em cadeira de rodas que se deslocaram expressamente de Lisboa para essa demonstração, a expensas do Governo Regional (ver notícia detalhada na página desportiva).



À porta da sede



Grupo de associados do Funchal

SNR visitou delegação de Faro

Visitaram a delegação da ADFA em Faro, pelas 16 horas do passado dia 23 de Abril o secretário nacional de Reabilitação, o presidente do Centro Regional de Segurança Social, o presidente da Câmara Municipal de Faro, director do Centro Coordenador do Algarve do IIEFP, comandante dos Bombeiros Voluntários de Faro, director do Ensino Especial da Escola João de Deus, director da Equipa Básica da Divisão de Ensino Especial, presidente do Núcleo da APPC e presidente do Núcleo da APD.

Nesta visita que foi acompanhada pelos elementos dos órgãos sociais locais e alguns sócios da ADFA, o presidente da Direcção da Delegação fez a apresentação das diversas entidades, após o que usaram a palavra as seguintes entidades: o dr. Jorge Simões, presidente do Centro Regional de Segurança Social que abordou a problemática da Reabilitação e Integração Social referindo-se ainda à possibilidade de melhoria das instalações da delegação da ADFA.

O presidente da Câmara Municipal de Faro que também se prontificou a colaborar, dentro das suas possibilidades, tendo em vista a melhoria das instalações onde vem funcionando a de-

legação. De referir que este autarca se mostrou bastante sensibilizado para a problemática do deficiente. E no tocante ao apoio às organizações de deficientes.

O secretário nacional de Reabilitação mostrando-se conhecedor das reais dificuldades com que se deparam os deficientes no nosso país, ao nível social, barreiras arquitectónicas, emprego, e outras, acrescentou que, embora como responsável do Organismo Coordenador de toda a temática do deficiente e conhecedor das necessidades que urge satisfazer, não dispõe de poder executivo.

Foi muito positiva a visita destas entidades à nossa delegação de Faro, todas elas bastante vocacionadas para a resolução da problemática do deficiente, procurando colmatar diferenças e injustiças entre a população deficiente e entre deficientes das Forças Armadas em particular.

Esperamos que, com a nossa entrada na Europa, sejam, pelo menos, solucionados os problemas mais prementes.

Esta visita foi ainda oportunidade para troca de opiniões durante um Porto de honra servido na delegação e serviu ainda para contacto directo entre os nossos associados e as diversas entidades presentes.



Sócia de Pensão de Preço de Sangue oferece um ramo de flores ao representante da Direcção Central

pela possibilidade de transformação dos homens na riqueza das suas potencialidades de adaptação e no apoio à autonomia afectiva e psicológica, disse ainda.

O presidente da direcção da Delegação Ivo Paulino, por seu turno, dirigindo-se às entidades oficiais presentes, agradeceu o apoio que o Governo Regional tem prestado, nomeadamente em matéria de cedência de instalações. Em seguida referiu-se à acção a que a Delegação irá proceder no domínio do levantamento da situação dos deficientes, com vista à resolução dos casos carenciados e à integração

SEGUROS NA ADFA

EM CONDIÇÕES VANTAJOSAS

Como já se referiu no último número do ELO, encontra-se a funcionar na sede da ADFA, todos os dias úteis, entre as 9 e as 12 horas, um técnico de seguros encarregado de fazer seguros e prestar informações aos sócios interessados.

O protocolo celebrado com a companhia de seguros Fidelidade prevê dois tipos de seguro. O seguro obrigatório de CRÉDITO À HABITAÇÃO, destinado a todos aqueles que adquirem habitação própria e o seguro de ADESÃO FACULTATIVA.

VANTAGENS

Este seguro de grupo será pago em mensalidades, debitadas directamente na conta existente na Caixa Geral de Depósitos e o prémio a pagar por cada um decresce à medida em que o capital em dívida decresce.

Como é evidente também a mensalidade é mais baixa,

dado que se trata de um seguro de grupo.

No caso dos sócios que já contraíram empréstimos e não se encontram abrangidos por este seguro, mais económico, poderão passar ao seguro de grupo, já que, com maior número de adesões há hipótese de baixar as taxas aplicadas.

CRÉDITO PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA

Foi recentemente publicado novo regulamento de crédito à habitação para os trabalhadores bancários, em vigor desde 17 de Abril de 1985, cujas condições nos termos do n.º 8 do art.º 14 do Dec.-Lei 43/76 são extensivas aos deficientes de campanha das Forças Armadas, bem como a todos os deficientes com mais de 60 por cento de deficiência, nos termos do Dec.-Lei 230/80.

O novo regime mantém a taxa de juro de 15 por cento, mas cria uma nova modalidade de «prestações crescentes» em alternativa à modalidade de prestações fixas actualmente em vigor, o que possibilita, anlguns casos, uma prestação mensal inferior em cerca de 50 por cento durante o primeiro ano de pagamento.

O regulamento encontra-se na Secretaria da Sede à disposição dos interessados.

ESCOLA DA ADFA: UMA FAMÍLIA ABERTA

Prestes a completar o seu 11.º ano de existência, a Escola da ADFA enfrenta novos desafios e realiza experiências de grande interesse, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista humano. A existência de uma equipa de professores entusiastas faz desta escola um caso exemplar de interligação entre as várias matérias leccionadas. Nas salas de aula, é quase uma família. Família que se não encerra nas suas paredes, antes se abre ao mundo exterior, através de múltiplas iniciativas.

A Escola da ADFA ministra o Ensino Básico e o Curso Geral do Ensino Secundário: desde a alfabetização ao 9.º ano de escolaridade.

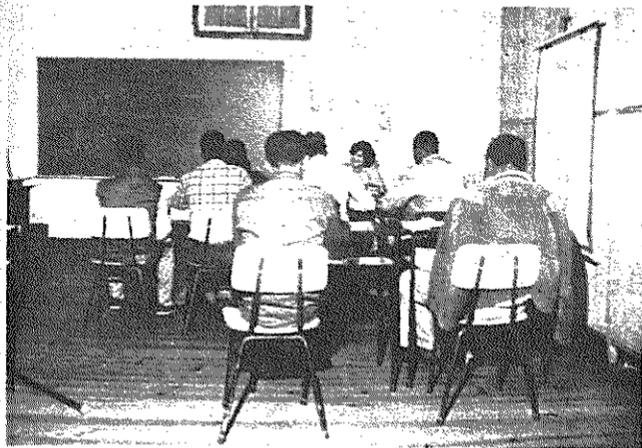
No ano lectivo que está prestes a terminar, 18 alunos frequentaram o curso de alfabetização, 17 o Ciclo Preparatório, e 10 o curso geral (7.º ao 9.º ano de escolaridade).

O curso de alfabetização decorre em três níveis separados, de acordo com o grau de conhecimentos dos alunos. Nele se ensina tudo, desde o adestramento da mão para a escrita, através de exercícios e actividades de moldagem, até ao preenchimento de um impresso, aos conhecimentos básicos da língua e da cultura portuguesa.

O ciclo preparatório é igualmente ministrado em duas modalidades distintas: um curso intensivo (um ano), frequentado em 1984-85 por 10 alunos, e um curso «supletivo» (em dois anos) destinado aos sócios naturais das ex-colónias que não dominam completamente o português, o qual é frequentado actualmente por sete alunos.

Outra língua, outra cultura

A existência de barreiras linguísticas e culturais no ensino das matérias curriculares a esses nossos associados africanos, possuidores de uma cultura diferente e habituados a utilizar a sua própria língua de origem, levou a alterações aos programas, graças à compreensão manifestada pelo Ministério da Educação que, segundo afirmam os responsáveis pela Escola, tem demonstrado «maleabilidade e consciência das dificuldades» que se apresentam nesse caso concreto.



SÓCIOS AFRICANOS: SNR SENSIBILIZADO PARA A NECESSIDADE DE CRIAR SAÍDAS PROFISSIONAIS

A necessidade de criar saídas profissionais para os sócios africanos da ADFA que frequentam o curso de Ensino Básico foi objecto de uma reunião entre vários responsáveis por esse curso e o Secretário Nacional de Reabilitação, o qual prometeu diligenciar junto de várias entidades para encontrar soluções para o problema.

Em reunião realizada em 15 de Maio no Secretariado Nacional de Reabilitação, à qual estiveram presentes, além do Secretário Nacional de Reabilitação e do responsável pelo ensino que está a ser ministrado a esses sócios, dois professores e um técnico do Secretariado, foi chamada a atenção desse organismo para a necessidade de serem criadas saídas profissionais para esses nossos sócios nomeadamente através de cursos de formação profissional e de um apoio concreto na obtenção de emprego.

O Secretário Nacional de Reabilitação prometeu diligenciar junto das entidades com poder de decisão na matéria: Ministério da Defesa, Secretaria de Estado da Cooperação, Ministério do Trabalho, Escola Nuno Gonçalves, à qual estão adstritos os cursos actualmente ministrados na ADFA, e Ministério da Educação.

Para melhor dar conta dessas dificuldades, bastará referir que esses nossos associados utilizam o crioulo como língua instrumental, professam, na sua maioria, a religião islâmica, e vivem em relativo isolamento na sociedade portuguesa, afastados das suas famílias (normalmente numerosas, a residir nas suas terras de origem).

Vivem em quartéis, sem possibilidade de acesso ao mercado do trabalho, quer por falta de habilitações, quer por falta de domínio da língua, quer ainda por não terem resolvido, nalguns casos, o problema da obtenção da cidadania portuguesa. Alguns conseguiram a naturalização, mas aguardam ainda a conclusão dos processos relativos às suas pensões.

Programas especiais

Perante estas dificuldades, os programas do Ciclo Preparatório foram adaptados ao seu caso: em lugar de Português e uma Língua Estrangeira, frequentam aulas de Português para Estrangeiros, além do Português curricular e em estreita ligação com este. Isto pará além das Ciências, Matemática, Estudos Sociais, História, Educação Musical, Trabalhos Manuais e Educação Visual.

Estas duas últimas disciplinas são de resto, com frequência, ponto de partida para as demais matérias. É a partir de um trabalho como a pintura de azulejos, por exemplo, que são apresentados textos relacionados com o assunto, que surgem as ciências, explicadas a partir de um objecto concreto, a História, os temas de Assuntos Sociais.

Esta necessidade de dar ao conhecimento uma «base material», explicam os professores, resulta das grandes diferenças existentes entre a realidade cultural portuguesa e a cultura africana dos alunos: «Já não é só o problema do domínio da língua, pois por vezes precisamos de utilizar palavras e conceitos que não encontram tradução na língua dos alunos, por representarem realidades que são alheias à sua cultura».

De resto, fazem ainda questão de frisar os professores que ouvimos: «Não pretendemos impor-lhes a nossa cultura, nem subalternizar a deles, trata-se apenas de lhes dar alguma preparação para se integrarem na sociedade por que optaram».

Ambiente familiar

Dizem-nos ainda que «Não se trata apenas de transmitir conhecimentos. Tudo passa por uma relação humana: o ambiente das aulas é um ambiente familiar».

A palavra «família» surge por várias vezes durante as conversas mantidas com professores para a realização deste trabalho. Família que não se fecha em si mesma, antes procura um máximo de contacto com o mundo exterior.

Assim, há frequentes visitas de estudo, aulas no exterior, idas ao teatro e, sempre que possível, contactos com alunos e professores das escolas a que a Escola da ADFA está ligada.

Os professores consideram a experiência neste tipo de ensino, que requer grande disponibilidade e dedicação, aliciante do ponto de vista profissional, mas não escondem as dificuldades com que deparam, sobretudo no início: «Houve dias em que saí daqui quase a chorar. Houve dias frustrantes. Também há dias óptimos. Os alunos retribuem o nosso esforço. São de uma simpatia excepcional», confessa uma professora.

Onze anos de trabalho

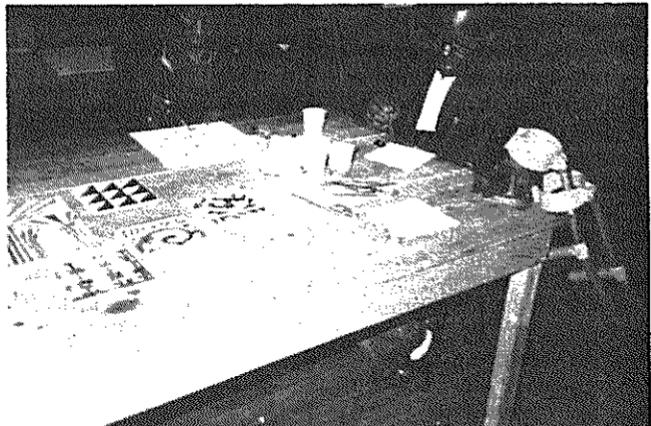
A Escola da ADFA existe desde, o ano lectivo de 1974-75. Inicialmente funcionava com professores voluntários e os alunos frequentavam as aulas em regime de explicações, tendo depois de fazer exames nas escolas oficiais como autopropostos.

A partir de 1977, ano em que a escola passou a ser dirigida por um professor licenciado do Ensino Secundário, foi possível a sua oficialização, adstrita a uma escola do ensino oficial, sendo destacados para leccionar professores de diferentes escolas de Lisboa. Além do apoio das escolas oficiais a que está ligada

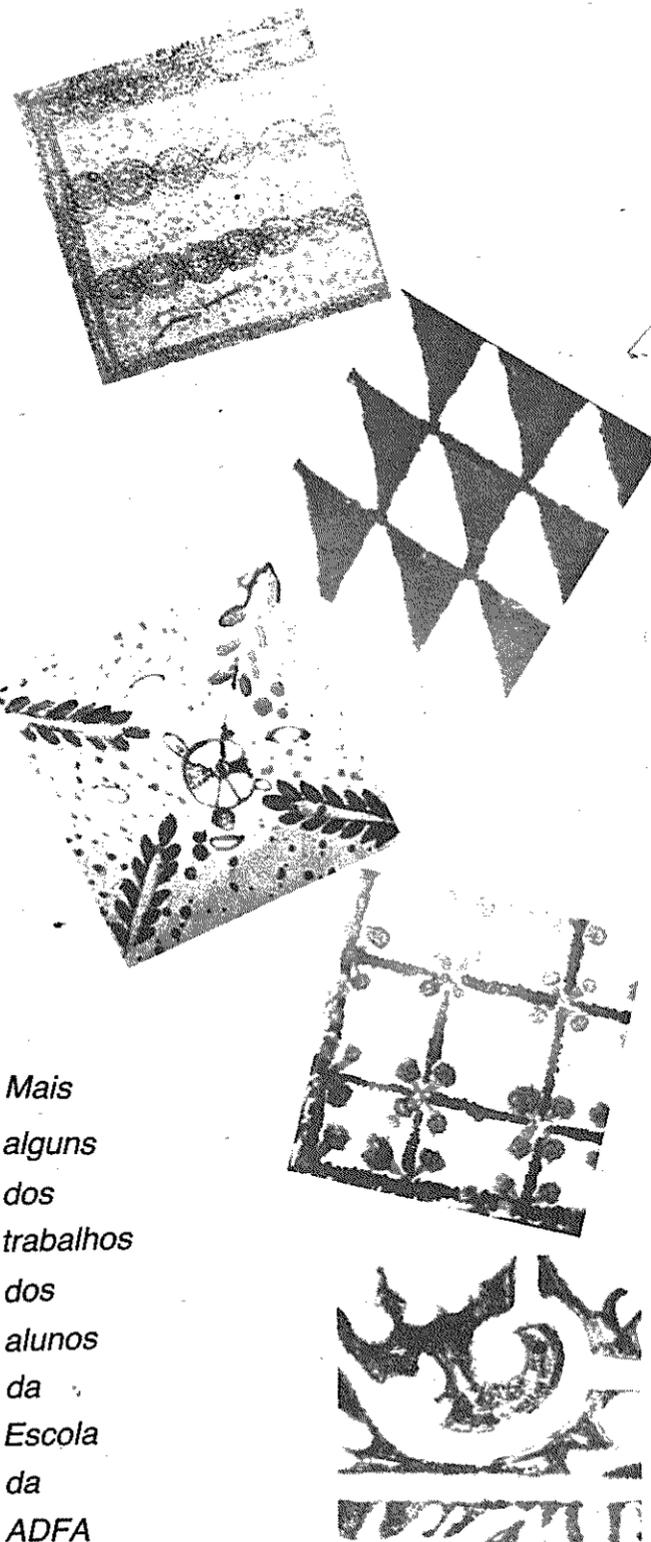


Alunos da Escola Nuno Gonçalves participam de um trabalho com alunos africanos da Escola da ADFA

(Nuno Gonçalves para o Ciclo Preparatório e Passos Manuel para o curso geral), a Escola da ADFA é ainda apoiada pelo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, que fornece material didáctico para a alfabetização (o mesmo que é fornecido aos núcleos de portugueses residentes no estrangeiro), pela Direcção-Geral da Educação de Adultos, que tem destacada uma monitora para os cursos de alfabetização, actualmente a socióloga Maria José Esteves, e pelo núcleo de Acção Social Escolar da Escola Nuno Gonçalves, a nível de material didáctico.



Pintura de azulejos: a revelação de um imaginário extremamente rico



Mais
alguns
dos
trabalhos
dos
alunos
da
Escola
da
ADFA

COMPOSIÇÃO E PROGRAMAS DAS LISTAS

LISTA «A»

1 — PREÂMBULO

A lista A, proposta pelos Órgãos Sociais Centrais cessantes, candidata-se às eleições para o biénio 85/87, numa perspectiva de continuidade do projecto associativo que em 14 de Maio de 1974 quisemos assumir, ao criarmos a ADFA, fruto do querer e da determinação de todos os Deficientes das Forças Armadas.

Bem inserida na sociedade portuguesa, a ADFA tem por esse facto sido confrontada com o evoluir da situação após 25 de Abril, forçando o seu modo de estar em duas componentes fundamentais, assentes, por um lado, na liberdade conquistada e, por outro, na vontade da massa associativa, que, numa participação autónoma, pode expressar e decidir os rumos que pretende para a sua Associação.

Somos uma Associação criada para a defesa dos direitos de todos aqueles que no cumprimento do serviço militar se deficientaram, tendo como objectivo último a reabilitação e reintegração social destes, e, por isso, não permitiremos a concretização de qualquer iniciativa que vise o desvio da ADFA para actuações e objectivos que se encontrem fora do nosso âmbito.

Todos conhecemos as tentativas que ao longo destes anos têm sido feitas para enquadrar a ADFA em esquemas político-partidários, mas, felizmente, sem êxito, pois, perante tais manobras, os sócios têm sabido defender com empenhamento a insenção partidária da

ADFA, e este constitui, sem dúvida, o grande postulado que vincula a Lista A que agora se propõe ao sufrágio dos associados.

Sem tutelas e de mãos livres para negociar com o Poder, vamos reforçar a rei-

vindicação dos nossos direitos numa base de diálogo, mas também de firmeza e intransigência sempre que as situações o justifiquem, tanto para exigir os direitos ainda não conseguidos, como para garantir os que já

conquistámos e de que tanto de uns como de outros somos credores por parte da Nação.

Não prometemos tudo, mas temos consciência do possível, e este está ao alcance das nossas mãos,

após um trabalho difícil mas consistente que nestes últimos anos temos sabido desenvolver aos vários níveis da sociedade portuguesa.

Os sócios que fazem parte da Lista A e muitos outros que militantemente trabalharam para que ela existisse, acreditam que, com base no empenhamento participativo dos associados, é possível dar passos seguros em matéria de reivindicações legislativas, que incompreensivelmente nos continuam a ser negadas.

Pretendemos de igual modo resolver definitivamente a situação da Sede da ADFA, uma questão associativa nacional e que terá de ser equacionada dentro dos parâmetros consonantes com a dignidade de todos os Deficientes das Forças Armadas e comunmente aceites pelos Órgãos de Soberania.

Lutaremos pelos nossos direitos e pela criação de condições que nos possibilitem uma integração plena na sociedade, e pretendemos dar o nosso contributo nas grandes questões nacionais que dizem respeito aos deficientes. Assim, pretendemos desenvolver um trabalho conjunto com as organizações representativas dos deficientes e reforçar o nosso papel actuante e crítico junto do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Tudo isto só será possível se a participação associativa for um facto, reassumindo-se, para tal, o documento «Para um Relançamento da Vida Associativa», aprovado no Conselho Nacional de 20-11-84, no qual se encon-

tram balizadas as grandes linhas da ADFA nesta matéria.

Não acreditamos em voluntarismos, mas apenas na participação consciente, fruto da informação permanente e do debate contínuo, onde todos os sócios têm lugar, e que constitui todo o fundamento do dinamismo que pretendemos para a nossa Associação.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

No domínio das suas competências estatutárias, a Mesa da Assembleia Geral Nacional pautará a sua conduta por critérios idênticos aos adoptados pela M.A.G.N. cessante.

Propõe-se a M.A.G.N. ser um órgão catalizador da conciliação e moderação, pretendendo ser, dentro das suas atribuições estatutárias, o veículo ideal para o bom entendimento entre os Órgãos Sociais Centrais e os Órgãos Regionais, providenciando o bom relacionamento entre estes.

Notar-se-á a M.A.G.N. pelo princípio incontestado de garantir o pleno funcionamento da Assembleia Geral Nacional, e, embora sendo um órgão moderador, pugnará para que não existam procedimentos que atentem contra a dignidade da ADFA, do seu órgão supremo e de cada um dos seus sócios.

Continuar-se-á o trabalho iniciado pela Mesa anterior no sentido de dotar a A.G.N. de um regulamento dignificante, promovendo, como

(Continua na pág. 9)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente: Cândido Manuel Patuleia Mendes, sócio n.º 519
1.º Secretário: António Augusto Almeida Santos, sócio n.º 5157
2.º Secretário: José Ribeiro Camilo, sócio n.º 584

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente: Manuel Lopes Dias, sócio n.º 379
Vice-Presidente: Mário Soares Dias, sócio n.º 716
1.º Secretário: José Eduardo Gaspar Arruda, sócio n.º 593
2.º Secretário: Armando Ramos Alves, sócio n.º 248
Tesoureiro: Orlando Álvaro Correia, sócio n.º 209

CONSELHO FISCAL CENTRAL

Presidente: José dos Santos Rodrigues Teixeira, sócio n.º 1201
Secretário: Manuel Luís Gonçalves Botelho da Costa, sócio n.º 5112
Relator: António Manuel Garcia Miranda, sócio n.º 3097
1.º Vogal: Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 6220
2.º Vogal: Armindo Matos Roque, sócio 272

CONSELHO NACIONAL

Efectivos: António Joaquim Lavouras Lopes, sócio n.º 2
 José da Silva Monteiro, sócio n.º 1948
 Armindo Marques Matias, sócio n.º 53
 Mário Alassana Djaló, sócio n.º 5991

Suplentes: Horácio Armando Conceição Ferreira, sócio n.º 5495
 Fernando de Jesus Sousa, sócio n.º 210
 Mário Carvalho Villa-Lobos, n.º 357

VOTANDO NA LISTA A ASSUMIMOS A ADFA E GARANTIMOS O FUTURO

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DAS LISTAS CANDIDATAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

LISTA A			LISTA B		
DIAMÊS	LOCAL	HORA	DIAMÊS	LOCAL	HORA
JUNHO			JUNHO		
1	ÉVORA	10.00	8	ÉVORA	15.00
1	CASTELO BRANCO	14.00	9	COIMBRA	15.00
4	SETÚBAL	19.00	9	FARO	16.00
5	LISBOA	20.30	9	CASTELO BRANCO	15.30
8	VISEU	14.00	11	LISBOA	21.00
8	PORTO	14.00	12	BRAGANÇA	21.00
8	FAMALICÃO	14.00	12	PONTA DELGADA	21.00
8	FARO	14.00	12	FUNCHAL	21.00
8	COIMBRA	15.00	13	LISBOA	16.00
12	LISBOA	21.00			
6	CARTAXO	14.00	6	PENICHE	16.00
8	TONDELA	16.00	6	ALCOBAÇA	16.00
10	PENICHE	10.30	6	CASCAIS	21.00
10	ALCOBAÇA	16.00	6	VILA FRANCA DE XIRA	21.00
13	ALCÁBIDECHÉ (R. A. Camponesa)	12.30	10	TORRES VEDRAS	15.30

CANDIDATAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

LISTA «B»

«POR UMA ADFA FORTE E AO SERVIÇO DE TODOS OS SÓCIOS»

1. APRESENTAÇÃO

Somos a expressão de um desejo de justiça presente.

Somos a vontade de todos os que não se reconhecem na ADFA a que chegamos.

Queremos ser a defesa consequente da Associação que ajudamos a semear.

Por isso, não podemos — nem queremos — ser a consciência adormecida de um *Presente sem Futuro*.

E porquê? Porque são manifestas a desorientação, ausência de perspectivas e de dinâmica de luta da «elite» dirigente. E também manifestas a inoperância a intolerância, a apatia individual e colectiva dessa mesma «elite», substanciada nos actuais dirigentes e na desastrosa actividade por eles desenvolvida.

E porque é urgente não mais adiar o ARRANQUE DINÂMICO para a solução de todos e de cada um dos problemas dos Deficientes Militares, constitui imperativo de consciência a presente candidatura.

Mas ela é também a força e a dinâmica das vontades de muitos e muitos sócios e tem a sua expressão nos princípios programáticos que apresentamos.

SE neste programa reconheceres a TUA VOZ CONTRA CONNOSCO. Nós contamos com TODOS.

2. PRINCÍPIOS

— Dignificação do Deficiente;

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente: Carlos Alberto Loureiro da Silva, sócio n.º 626
1.º Secretário: Albino Maia Pereira Lopes, sócio n.º 6041
2.º Secretário: Joaquim Augusto da Piedade Gaspar, sócio n.º 241

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente: António Joaquim Flausino Raimundo, sócio n.º 27
Vice-Presidente: Albertino Flores Santana, sócio n.º 566
1.º Secretário: Rogério dos Santos, sócio n.º 8336
2.º Secretário: Pedro Serrano Baptista, sócio n.º 5252
Tesoureiro: Augusto António Catarino Salgado, sócio n.º 6627

CONSELHO FISCAL CENTRAL

Presidente: Manuel Joaquim Calhau Branco, sócio n.º 1591
Secretário: Cipriano Pinto Simões, sócio n.º 83
Relator: António Félix Joaquim, sócio n.º 1737
1.º Vogal: José Augusto da Costa Santos, sócio n.º 3361
2.º Vogal: Dembo Candé, sócio n.º 6175

CONSELHO NACIONAL

Efectivos: Rogério Pompeu Tendinha da Silva, sócio n.º 1329
 Carlos Ferreira Bento, sócio n.º 3914
 Joaquim de Barros Pereira da Silva, sócio n.º 6861
 Francisco José Santos Brás, sócio n.º 2638

Suplentes: Manuel António Costa Maçano, sócio n.º 783
 Manuel Maria Ferreira, sócio n.º 366
 Óscar Augusto Dias Morais, sócio n.º 704

— Cumprimento das disposições estatutárias em vigor;

— Garantia incondicional do património da ADFA;

— Defesa intransigente de todos os direitos adquiridos;

— Luta por medidas legislativas que contemplem as reivindicações dos Deficientes Militares;

— Desenvolver a actividade associativa;

— Estimular e ampliar as relações externas da ADFA.

3. GRANDES LINHAS DE ACÇÃO

— Levar à prática as decisões do Congresso;

— Garantir a manutenção da Sede Nacional da ADFA;

— Reimplantar o espírito de amizade e solidariedade associativa;

— Impedir que a ADFA se transforme numa mera Participação Pública.

4. ACTIVIDADES A DESENVOLVER ★ VIDA ASSOCIATIVA INTERNA

— Restabelecer o diálogo entre os sócios e estimular esse mesmo diálogo;

— Relançar as actividades recreativas, desportivas e culturais;

— Reestruturar os Serviços Administrativos e Oficiais;

— Reparar injustiças, valorizar profissionalmente e rever os critérios de admissão dos trabalhadores da ADFA;

— Promover Seminários, Colóquios e Conferências com Técnicos de Saúde e de Reabilitação com vista à permanente informação aos Deficientes sobre a evolução científico-tecnológica;

— Reanalisar a situação dos sócios suspensos;

— Dinamizar e rever os critérios de procura e oferta de empregos para os Deficientes Militares;

★ EXTERNA

— Independência e diálogo com os Organismos Oficiais sem as subserviências a que infelizmente se tem vindo a assistir;

— Diálogo e cooperação com todas as Associações congéneres (nacionais e es-

trangeiras) sem ingerência mútuas e na salvaguarda intransigente da identidade da ADFA;

★ REIVINDICAÇÕES

— Legislação sobre:

— CRMA;

— DFA em serviço;

— Grandes Deficientes;

— Pensões de preço de sangue;

— Acumulação das Reformas dos DFA que são trabalhadores da Função Pública;

— Situação dos ex-militares e militares das ex-colónias;

— Revisão do processo de empréstimo para casa própria;

— Postos de Trabalho em empresas públicas;

— Pensões de viuvez dos DFA, com menos de 60%;

— Alteração ao Decreto-Lei 43/76.

São estas as linhas programáticas — sem demagogia — que nos propomos levar a cabo durante o nosso mandato.

A constituição da nossa Lista reflecte a preocupação de cumprirmos o que prometemos.

Somos uma equipa cujos elementos, que pelo leque profissional que abrangemos, que pela natureza e grau das deficiências com que fomos atingidos, estamos concertada em condições de pugnar pelo engrandecimento da ADFA e pelos Direitos dos Deficientes Militares.

Para isso **CONTAMOS CONTIGO!**

LISTAS CANDIDATAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

Calendário de reuniões

LISTA A			LISTA B		
DIA	HORA	LOCAL	DIA	HORA	LOCAL
4	21.00	SANTO TIRSO Bombeiros Voluntários Pr. República	8	11.00	VIANA DO CASTELO Sindicato Comércio
4	21.00	OVAR (CESIVAR R. Luís de Camões, 15, 1.º)	»	11.00	VILA REAL Bombeiros Carvalho Araújo
4	21.00	VILA DA FEIRA (Bombeiros Voluntários)	»	11.00	PAREDES Antigo Quartel Bombeiros
5	10.00	CHAVES — Núcleo	»		
7	10.00	VILA REAL Esc. Secundária Camilo Castelo Branco	»	11.00	PENAFIEL Delegação do Sindicato do Comércio
8	15.00	AMARANTE Bombeiros Voluntários	»	14.30	FELGUEIRAS — Esc. Preparatória (frente à praça táxis)
8	15.00	PENAFIEL Bombeiros Voluntários	»	15.00	PORTO Delegação
8	15.00	LORDELO Casa do sócio Abílio Sousa Pacheco PAÇOS DE FERREIRA (encontro junto aos Bombeiros V. Paços Ferreira	»	15.00	S. JOÃO DA MADEIRA Deleg. Sindicato dos Têxteis
8	15.00	FELGUEIRAS Bombeiros Voluntários	»	15.00	CHAVES Núcleo
8	15.00	VIANA DO CASTELO Sindicato Empreg. Escritório	»	16.00	LIXA Bombeiros Voluntários
8	18.00	S. JOÃO DA MADEIRA Esc. Secundária Fundo de Vila	»	18.00	AMARANTE Bombeiros Voluntários
10	9.30	VILA DO CONDE Núcleo	»	15.00	VILA DO CONDE Núcleo
10	10.00	PONTE DA BARCA Bombeiros Voluntários			
10	15.00	PONTE DE LIMA Associação Desp. Limianos			
11	21.00	PORTO — Delegação			

CONSTITUIÇÃO DAS LISTAS CANDIDATAS DAS DELEGAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

LISTA ÚNICA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: António Eugénio Fernandes, sócio n.º 8287.
1.º SECRETÁRIO: Luis Manuel Mendes, sócio n.º 2780.
2.º SECRETÁRIO: José Augusto Pereira Gomes, sócio n.º 2779.

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Olímpio Sebastião Ferreira, sócio n.º 2783.
SECRETÁRIO: Domingos António Seca, n.º 2778.
TESOUREIRO: José Manuel Rodrigues Cristóvão, sócio n.º 2789.

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Francisco António Fernandes, sócio n.º 5455.
RELATOR: Jorge Augusto Alves Rodrigues, sócio n.º 6476.
VOGAL: Gil do Espírito Santo Martins, sócio n.º 2777.

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

Aníbal dos Santos Fernandes, sócio n.º 2769.

SUPLENTES

Manuel Joaquim Morais, sócio n.º 1870.
Patrocínio dos Santos Vitorino, sócio n.º 5444.
Manuel Jorge Afonso, sócio n.º 2775.

DELEGAÇÃO DE FAMILIÇÃO

LISTA A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Augusto Correia da Silva, sócio n.º 82
1.º SECRETÁRIO: Manuel José da Cruz Lopes, sócio n.º 3165
2.º SECRETÁRIO: Francisco Vieira da Silva, sócio n.º 9772

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Aníbal Fernando Croacia Barbosa de Carvalho, sócio n.º 3505.
SECRETÁRIO: Manuel Gonçalves da Costa, sócio n.º 1446
TESOUREIRO: Fernando Gomes de Carvalho, sócio n.º 9110

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Augusto de Sousa Jorge, sócio n.º 7774
RELATOR: Joaquim Manuel Martins da Mota, sócio n.º 4024
VOGAL: António da Silva Marques, sócio n.º 170

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

Manuel da Rocha Ferreira, sócio n.º 3144

SUPLENTES

Henrique José Pereira Rodrigues, sócio n.º 6459
António de Sousa Gouveia, sócio n.º 183
Daniel Moreira Simões, sócio n.º 8368

DELEGAÇÃO DE FAMILIÇÃO

LISTA B

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Manuel Augusto Abreu Ferreira Alves, sócio n.º 459
1.º SECRETÁRIO: Jerónimo Silva, sócio n.º 5438
2.º SECRETÁRIO: Augusto da Silva Matos, sócio n.º 129

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: José António da Mota Vieira, sócio n.º 22
SECRETÁRIO: Arnaldo da Costa Gomes, sócio n.º 1876
TESOUREIRO: José Soares Magalhães, sócio n.º 2645

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Artur Rosa da Silva, sócio n.º 4046
RELATOR: Américo Ribeiro de Castro, sócio n.º 8894
VOGAL: José da Silva, sócio n.º 841

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

António de Abreu Pereira, sócio n.º 4052

SUPLENTES

José Gonçalves Beito, sócio n.º 6166
Manuel Soares Gonçalves, sócio n.º 3495
João Gomes Araújo Macedo, sócio n.º 753

DELEGAÇÃO DO PORTO

LISTA A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Henrique Tomás Magalhães Rodrigues, sócio n.º 1624
1.º SECRETÁRIO: Plácido da Silva Ribeiro Pontes, sócio n.º 7540
2.º SECRETÁRIO: Nelson Mário de Oliveira Ferreira, sócio n.º 2036

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Abel Artur dos Santos Fortuna, sócio n.º 580
SECRETÁRIO: Jerónimo Dias Moreira de Sousa, sócio n.º 8237
TESOUREIRO: Joaquim Mano Póvoas, sócio n.º 252
1.º VOGAL: Albino Fernando Oliveira Duarte, sócio n.º 1383
2.º VOGAL: Augusto Oliveira Santos, sócio n.º 2440

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Reinaldo Ramos Soares Ferreira, sócio n.º 2852
RELATOR: Francisco Pereira Marques, sócio n.º 5960
VOGAL: Joaquim de Sequeira Ferreira, sócio n.º 3420

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS

António da Silva Reis dos Santos, sócio n.º 6784
José Luís Rodrigues Noronha, sócio n.º 1625
Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, sócio n.º 1

SUPLENTES

Jorge Eduardo da Nave Pina, sócio n.º 5134
Fernando Ferreira de Oliveira, sócio n.º 1642
Amílcar dos Santos Dias, sócio n.º 2395

DELEGAÇÃO DO PORTO

LISTA B

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: José Henriques Ribeiro, sócio n.º 3516
1.º SECRETÁRIO: Alberto Lopes Casais, sócio n.º 1047
2.º SECRETÁRIO: Teodoro José de Almeida Barbosa, sócio n.º 7734

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Alcino Alfredo Vieira Machado, sócio n.º 1974
SECRETÁRIO: Júlio Amândio da Liberdade Simões, sócio n.º 3405
TESOUREIRO: Gil Luís Garcia, sócio n.º 7509
1.º VOGAL: Adão Manuel da Costa, sócio n.º 2109
2.º VOGAL: Fernando da Conceição Costa, sócio n.º 5835

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Mário Armindo da Silva Ferreira, sócio n.º 6138
RELATOR: Abel Alberto Matos Ribeiro, sócio n.º 1657
VOGAL: Joaquim Cardoso, sócio n.º 1425

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS

Artur Barbosa da Silva, sócio n.º 6039
João Manuel Vasconcelos Pereira, sócio n.º 5470
António Casimiro do Couto, sócio n.º 2166

SUPLENTES

Joaquim de Jesus Baptista, sócio n.º 6532
António Matos de Almeida, sócio n.º 848
Armando Silvino Freitas Pinheiro, sócio n.º 747

DELEGAÇÃO DE VISEU

LISTA B

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Jorge Teixeira Carneiro, sócio n.º 631.
1.º SECRETÁRIO: Manuel Carlos Lopes Costa, sócio n.º 8543.
2.º SECRETÁRIO: Amílcar dos Santos Castro Ferreira, sócio n.º 1342.

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Feliciano António Sousa Almeida, sócio n.º 8764.
SECRETÁRIO: Narciso Batista Pinheiro, sócio n.º 908.
TESOUREIRO: Francisco Manuel Aguiar Cabral Ferreira, sócio n.º 8669.

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Aristides Rodrigues Saraiva, sócio n.º 2878.
RELATOR: António de Almeida, sócio n.º 2717.
VOGAL: José Marques Mendes, sócio n.º 3525.

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

João Velho Madeira, sócio n.º 5432.

SUPLENTES

Arnaldo Duarte Pereira, sócio n.º 1404.
António Campos Mesquita, sócio n.º 819.
António Matias Coelho Ribeiro Amaral, sócio n.º 7770.

DELEGAÇÃO DE VISEU

LISTA C

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: João Francisco Pereira, sócio n.º 3567
1.º SECRETÁRIO: João Manuel dos Santos Gonçalves, sócio n.º 684
2.º SECRETÁRIO: Lauriano José Vieira da Silva, sócio n.º 607

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Bernardino António Azevedo, sócio n.º 3
SECRETÁRIO: Gualter Jorge Lopes Mirandez, sócio n.º 8353
TESOUREIRO: Jorge Manuel da Costa Pinto, sócio n.º 5797

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: António Pais Ferreira, sócio n.º 586
RELATOR: António Rodrigues Cardoso, sócio n.º 1180
VOGAL: José Dias Mota, sócio n.º 3815

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

Françisco Ferreira Batista, sócio n.º 6581

SUPLENTES

José da Costa Vasconcelos, sócio n.º 1400
Fernando Marques de Figueiredo, sócio n.º 6268
Carlos Augusto dos Santos Pereira, sócio n.º 3323

DELEGAÇÃO DE COIMBRA

LISTA ÚNICA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Artur José Coimbra do Amaral, sócio n.º 6205
1.º SECRETÁRIO: José Damas dos Santos Pinto, sócio n.º 6618
2.º SECRETÁRIO: José de Almeida Silva, sócio n.º 2278

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: José Soles Girão, sócio n.º 895
SECRETÁRIO: Carlos Alberto Oliveira de Deus Almeida, sócio n.º 6214
TESOUREIRO: Vítor Manuel Silva de Oliveira, sócio n.º 218

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Manuel Ernesto Rodrigues Paiva, sócio n.º 2536
RELATOR: João Pereira de Sousa, sócio n.º 2991
VOGAL: José dos Santos Dias Temido, sócio n.º 233

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

João Matias de Vasconcelos, sócio n.º 590

SUPLENTES

Vítor Manuel Alves Rochete, sócio n.º 912
Carlos Alberto Marques Silva Filipe, sócio n.º 6210
António Silva da Costa Pimenta, sócio n.º 5414

DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO

LISTA ÚNICA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Joaquim Louro Batista, sócio n.º 1230.
1.º SECRETÁRIO: José Maria Ladeira Neto, sócio n.º 1757.
2.º SECRETÁRIO: João Álvaro Sousa Damas, sócio n.º 1247.

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: José Eduardo Garrido Nunes, sócio n.º 1806.
SECRETÁRIO: José Fernando Delgado Gonçalves, sócio n.º 3872.
TESOUREIRO: Eugénio Baltasar Costa Branco, sócio n.º 3104.

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: José Oliveira Querido, sócio n.º 2362.
RELATOR: José Maria Robão, sócio n.º 3559.
VOGAL: José Salvado Leal, sócio n.º 7252.

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

João José Magana dos Santos, sócio n.º 2019.

SUPLENTES

José Alves Batista de Oliveira, sócio n.º 7378.
Júlio Ribeiro Lorena, sócio n.º 6292.
Vitalino Martins Mourato, sócio n.º 7819.

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

LISTA A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Valdemiro José de Jesus, sócio n.º 7446
1.º SECRETÁRIO: Estevão José Mira Carvalho, sócio n.º 9266
2.º SECRETÁRIO: António Francisco Viana, sócio n.º 1911

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: José Maria Rosa, sócio n.º 52
SECRETÁRIO: Abílio Marques Loureiro, sócio n.º 4899
TESOUREIRO: António Lucas dos Santos, sócio n.º 4470

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Jorge Luís Ribeiro da Fonseca, sócio n.º 4917
RELATOR: Luís Filomeno Mósca das Neves, sócio n.º 1478
VOGAL: Carlos Ferreira de Sousa Silveira Machinho, sócio n.º 8648

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

José da Silva Pinto Faria, sócio n.º 3371

SUPLENTES

Benjamim da Silva Durães, sócio n.º 9029
Renato Fernando Marques Sameiro, sócio n.º 9100
Fernando dos Santos Caneco, sócio n.º 5860

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

LISTA B

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Zeferino Abreu Ribeiro, sócio n.º 9374.
1.º SECRETÁRIO: Acácio Gomes Espada, sócio n.º 6280.
2.º SECRETÁRIO: Joaquim Lourenço Santana Patrício, sócio n.º 3385.

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Carlos Manuel Moreira Batalha, sócio n.º 6079.
SECRETÁRIO: José Manuel Bento, sócio n.º 3667.
TESOUREIRO: João Arnaldo Casalinho Honório, sócio n.º 2122.

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: António Camilo Pereira, sócio n.º 8650.
RELATOR: Francisco Manuel Catarino Vidal, sócio n.º 1936.
VOGAL: António Manuel Pereira Vaz, sócio n.º 9719.

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

António Parreira Salgado, sócio n.º 8442.

SUPLENTES

Elias Pereira Parreira, sócio n.º 8261.
António Joaquim, sócio n.º 7145.
António Parreira, sócio n.º 7207.

DELEGAÇÃO DE FARO

LISTA ÚNICA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: José António Pereira dos Santos Morte, sócio n.º 8574
1.º SECRETÁRIO: José Xavier Coelho Prata, sócio n.º 1984
2.º SECRETÁRIO: Artur Martins Cabrita, sócio n.º 4195

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: José Nicolau Rufino, sócio n.º 384
SECRETÁRIO: José Manuel Pires Batista, sócio n.º 1864
TESOUREIRO: José Manuel das Neves Perpétua, sócio n.º 2387

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: João Cabrita Correia, sócio n.º 8860
RELATOR: Vítor Manuel da Costa, sócio n.º 10018
VOGAL: António Luís Cabrita Rodrigues, sócio n.º 8458

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO

Hélder Manuel Henriques, sócio n.º 6913

SUPLENTES

Marcelino José da Silva Dias, sócio n.º 200
Luís Manuel Rosado da Silva, sócio n.º 60
Manuel Conceição Luís, sócio n.º 9188

PROGRAMA ELEITORAL DA LISTA A

(Continuação da pág. 6)

taréa primeira, a procura de opiniões, por discussão a nível nacional, tendentes à apresentação de uma proposta consensual de tal regulamento, a levar posteriormente aos órgãos competentes.

O Conselho Nacional, como segundo órgão mais importante da ADFA, composto de representantes directos das bases associativas e responsável por decisões da maior importância a nível dos princípios de orientação da nossa Associação, merecerá da M.A.G.N. o seu total empenhamento, já que a nível restrito nos demonstra o pulsar do todo associativo.

Deste modo, a M.A.G.N. envidará esforços tendentes ao estudo e discussão de um projecto que torne mais funcional e eficiente o sistema de trabalho deste órgão.

Compromete-se a MAGN a promover a sensibilização dos sócios e órgãos para a necessidade de se encontrar uma proposta de Regulamentação Geral para a ADFA, privilegiando-se em tal regulamentação os estatutos para os Núcleos e regiões Autónomas.

DIRECÇÃO CENTRAL

2 — Actividades internas:

2.1. Vida Associativa — Sendo fundamental, para o bom funcionamento do todo associativo, uma boa articulação entre os Órgãos Sociais Centrais e Locais, pretendemos:

1 — Difundir e fazer circular todas as informações de carácter associativo.

2 — Efectuar reuniões periódicas e sempre que se justifiquem com os órgãos Sociais das Delegações.

3 — Na tomada de decisões fundamentais para uma vida associativa procuraremos a participação de todos os Órgãos Sociais Centrais e Locais.

4 — Privilegiar o diálogo com as Delegações empenhadas em projectos nacionais que se enquadrem no âmbito estatutário e tenham sido objecto de deliberação do 2.º Congresso.

5 — Sem pôr em causa as atribuições estatutárias de cada órgão, serão privilegiadas as soluções associativas em detrimento das administrativas. Por ser fundamental a participação dos sócios na orientação de caminho a seguir, defendemos:

a) Criação duma Comissão de Integração Social, que integre os associados que com honestidade e competência possam dar um contributo valioso na definição das várias áreas da reabilitação e integração social, que possam constituir o esteio das deliberações que os órgãos sociais tenham de tomar nesta matéria.

b) Criar na Sede o Departamento de Integração Social, por fusão do DRAS e do DDCD, dotado de meios humanos e materiais que possibilitem um novo equacionamento de toda a política de integração definida pela ADFA e no âmbito do qual funcionará a Comissão de Integração Social.

c) Eliminar as barreiras humanas e arquitectónicas que ao longo destes anos têm dividido os sócios em trabalhadores da ADFA e

utentes dos serviços que prestamos.

d) Criar, na Sede e Delegações, espaços de convívio onde todos nos sintamos bem e seja salvaguardada a dignidade de cada um.

e) Motivar os associados a participarem em todas as questões associativas, através de reuniões descentralizadas acompanhadas de actividades lúdicas ou outras que venham ao encontro dos seus interesses.

f) Implementar a criação de novos Núcleos e apoiar eficazmente os já existentes.

g) Afectar, no próximo orçamento da ADFA, verbas mais substanciais que permitam desenvolver a área da participação associativa, reduzindo outras áreas mais burocratizantes, se necessário for.

2.2. Reabilitação e Integração Social

No capítulo da fabricação e adaptação de material protésico, a ADFA tem desenvolvido uma actividade significativa e para a qual se sente particularmente vocacionada, tendo contribuído para alterar radicalmente os métodos de reabilitação dos deficientes motores.

Assim, com base nesta experiência, sem querer substituir o Estado nas obrigações que lhe cabem nesta área, pretendemos:

1 — Definir e assumir os projectos que nesta área a ADFA entenda propor e ou criar, ressaltando sempre o todo associativo. De resto não poderá a ADFA eximir-se a assumir responsabilidades no contexto da política nacional de reabilitação.

2 — Enquadrar todos os sectores produtivos da ADFA numa perspectiva da reabilitação definida no 2.º Congresso.

3 — Os deficientes estão inseridos numa sociedade em contínua evolução e, como tal, com o rodar dos anos vão sendo confrontados com novos problemas. Nesta óptica, a realidade dos deficientes das forças armadas, hoje, é forçosamente diferente da existente há quatro anos, sendo necessário aferir as respostas mais adequadas às necessidades actuais. Como tal, vincular-nos-emos à realização do terceiro Congresso da ADFA, mobilizando para ele todos os recursos humanos e materiais disponíveis, a fim de que a participação dos sócios seja assegurada, o que constituirá, concertadamente, mais um ponto alto da nossa vida associativa.

4 — A existência de sócios naturais das ex-Colónias, particularmente as milícias, beneficiaram já, por empenhamento da ADFA, de legislação que lhes atribui o mesmo estatuto dos DFA. Contudo, subsiste ainda o problema da sua integração social, pelo que tudo faremos para reforçar o apoio de carácter escolar e implementar, em colaboração com o Secretariado Nacional de Reabilitação, Secretaria de Estado do Emprego, Secretaria de Estado da Defesa Nacional e Secretaria de Estado de Cooperação, a formação profissional, para uma melhor inserção social.

2.3 — Sede da ADFA

A questão da Sede da ADFA constitui um tema que

desde a primeira hora vem mobilizando os associados.

Esta questão, já assumida pela Assembleia Geral Nacional, e que pretendemos manter, leva-nos, no entanto, a defender o seguinte:

1 — A ADFA só sairá do Palácio da Independência quando forem criadas as condições de funcionalidade e dignidade noutra local.

2 — Consideramos não ter o Palácio da Independência estruturas adequadas para um desenvolvimento harmonioso e funcional da ADFA, não só para o presente como para o futuro da vida associativa.

3 — Defendemos, assim, assumir um papel mais activo para a criação de condições que levem à obtenção duma nova Sede para a ADFA, para o que exigiremos à Secretaria de Estado da Defesa Nacional a criação de um grupo de trabalho, o qual integre a ADFA, para equacionamento do problema.

Sendo uma matéria tão importante, tal assunto será levado à Assembleia Geral Nacional, para que esta se pronuncie.

3. ACTIVIDADES EXTERNAS

Face à próxima integração de Portugal na CEE e tendo em conta as inevitáveis alterações que a nível económico-social se irão verificar, a ADFA, dadas as ligações internacionais que já possui, encontra-se numa posição privilegiada, para, a nível nacional, pressionar o poder político e as estruturas de reabilitação a adoptar esquemas de integração social análogos aos vigentes nos restantes países da Europa, tanto para os deficientes militares como para os deficientes em geral.

3.1 — Reivindicações legislativas

Passando a reabilitação e a reintegração social dos Deficientes das Forças Armadas pela aprovação de medidas legislativas que dêem suporte a estes direitos, e na sequência de todo o trabalho que a ADFA tem desenvolvido desde a sua criação, comprometemo-nos com o seguinte:

a) Exigir que a lei dos grandes deficientes seja aprovada, admitindo renegociar os termos da proposta aprovada pelo Conselho da Revolução em 1978;

b) Exigir que o projecto de Decreto-Lei sobre a extensão de alguns direitos dos deficientes em campanha aos deficientes em serviço seja aprovado;

c) Exigir a aprovação imediata do projecto de Decreto-Lei que autoriza a acumulação de pensões e vencimentos, sem limites, que está vedada aos Deficientes das Forças Armadas que exercem actividades na função pública;

d) Exigir que os deficientes do serviço com incapacidade igual ou superior a sessenta por cento sejam abrangidos pelo Decreto-Lei 43/76, desde que tais deficientes tenham sido contraídas nas ex-Colónias.

e) Exigir a aplicação efectiva das intenções expressas pela Secretaria de Estado da Defesa Nacional,

quanto à reposição da CMRA, exigindo, igualmente, que a ADFA participe em todo o processo;

f) Exigir que as doenças ou lesões agravadas em serviço sejam contempladas pelo Estatuto da Aposentação;

g) Lançar as bases para a aprovação, a médio prazo, do Estatuto dos Deficientes das Forças Armadas, que enquadre as situações daqueles que durante a prestação de serviço militar se deficientaram.

3.2. — Federação Mundial dos Antigos Combatentes

No prosseguimento da nossa filiação na FMAC, pretendemos:

1 — Assumir cada vez mais o nosso papel de membro e representante de Portugal, retirando desta participação os dividendos necessários para uma actuação mais persistente da ADFA, na defesa dos nossos direitos, à luz da legislação e estatuto de que gozam os Deficientes das Forças Armadas doutros países, nomeadamente os Europeus.

2 — Interessar e fazer participar a ADFA nas grandes questões da Paz e Desarmamento, de molde a que num futuro próximo possa desempenhar um papel importante nesta matéria, a nível nacional.

3 — Com base nos esforços já desenvolvidos e dado o interesse conjunto da ADFA, FMAC e Governo Português, iremos prosseguir os contactos com os antigos combatentes dos países de língua oficial portuguesa, no sentido de serem encontradas formas de cooperação em áreas de interesse mútuo.

3.3 — Secretariado Nacional de Reabilitação

Sendo o Secretariado Nacional Nacional de Reabilitação o organismo de cúpula da reabilitação, criado em muito pelo querer da ADFA, e junto do qual temos mantido uma atitude participante e de crítica construtiva, pensamos, no entanto, dever tomar as seguintes atitudes:

a) Exigir a aprovação imediata da nova Lei Orgânica, na qual a ADFA participou activamente, e sem a qual o Secretariado Nacional de Reabilitação não poderá responder na definição das políticas de reabilitação que serão impostas com a integração de Portugal na Europa.

3.4. — Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes

Na sequência das posições que a ADFA tem defendido nesta matéria, comprometendo-nos a desenvolver todos os esforços, em conjunto com as associações de e para deficientes, para que a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes seja uma realidade a curto prazo, possibilitando-se, assim, que, também nesta área, os defi-

cientes possam ter uma participação activa.

CONSELHO FISCAL CENTRAL

1 — O Conselho Fiscal Central cumprirá e incentivará o cumprimento das disposições estatutárias, das deliberações dos órgãos competentes e das demais normas regulamentares.

2 — Facultará ao Conselho Fiscal de Delegação o apoio necessário para o cabal desempenho das suas funções.

3 — Junto do Conselho Fiscal de Delegação obterá as informações necessárias para periodicamente apresentar ao Conselho Nacional relatório sobre a situação associativa da ADFA.

4 — Velará pelo cumprimento dos orçamentos aprovados e emitirá parecer sobre o relatório e contas da Direcção Central, bem como quaisquer outros que lhe venham a ser solicitados pelos Órgãos Centrais.

5 — Junto dos órgãos competentes estimulará a discussão das grandes questões associativas.

CONSELHO NACIONAL

Os elementos candidatos ao Conselho Nacional empenhar-se-ão no sentido de que o segundo mais importante órgão da Associação realize integralmente as suas amplas competências estatutárias, com o aproveitamento e valorização das potencialidades até agora ainda não exploradas. Nesse sentido, a actuação dos elementos candidatos concorrerá para que sejam atingidos os seguintes objectivos fundamentais:

— Que o Conselho Nacional seja um espaço privilegiado de discussão e aprofundamento das grandes questões associativas, donde, dentro da legítima pluralidade de opiniões, deverão sair as linhas dominantes, garantindo-se deste modo a unidade e coesão da Associação.

— Que o Conselho Nacional funcione como garante de que os canais de informação sejam desimpedidos e todos os dados relativos à orientação associativa circulem de uma forma funcional

e proveitosa, tanto dos órgãos para os sócios orçantes para aqueles, criando-se assim condições para uma participação associativa mais efectiva.

— Que o Conselho Nacional aprofunde previamente a discussão dos assuntos que devam subir à Assembleia Geral Nacional, a fim de nesta os sócios poderem dispor dos dados sistematizados necessários à produção das deliberações adequadas.

— Que, no âmbito da definição das linhas orçamentais, da responsabilidade do Conselho Nacional, a Associação se desenvolva no sentido dos seus verdadeiros objectivos, com toda a sua estrutura voltada para a reabilitação e integração social.

— Que o Conselho Nacional esteja permanentemente atento ao desenrolar da vida associativa, pronto a adoptar as medidas necessárias à preservação do funcionamento integral da Associação dentro dos princípios estatutariamente definidos.

— Finalmente, os elementos candidatos ao Conselho Nacional empenhar-se-ão muito especialmente no sentido de que a preparação do 3.º Congresso da Associação, a promover por este órgão, assente nos princípios da plena participação e intervenção dos sócios, com todo o seu poder criativo, de molde a que as conclusões venham a reflectir as necessidades reais de todos os associados, bem como as soluções entendidas por todos como as mais apropriadas.

4 — Conclusão

Tivemos consciência que o que nos propomos fazer é possível, e fugimos deliberadamente dos slogans que por artes mágicas tudo resolvem, mas que apenas servem para enganar quem quer ser enganado.

O nosso programa é simples e assenta fundamentalmente na participação associativa.

O êxito ou o fracasso das nossas intenções passa obrigatoriamente pelos sócios apoiantes da nossa candidatura, na razão directa do seu empenhamento.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

PROMETE

ANALISAR LEGISLAÇÃO

SOBRE DOENÇAS

AGRAVADAS EM SERVIÇO

Na sequência de uma exposição feita pela ADFA ao primeiro-ministro, reclamando que sejam considerados os casos de doença agravada em serviço para o cálculo das pensões dos DFA, à semelhança do que está previsto pelas leis gerais de trabalho, o ministério das Finanças e do Plano fez chegar à ADFA um Ofício em que informa que esse assunto vai ser analisado por um grupo de trabalho interministerial.

Segundo o Ofício citado, o assunto será estudado por um grupo encarregado de propor alterações ao Estatuto da Aposentação e composto por representantes das Secretarias de Estado da Administração Pública, Orçamento e Finanças.

Quem passa por Alcobaça ...

O Núcleo de Alcobaça da ADFA realizou em Maio várias actividades associativas, marcadas por grande participação e pela amenidade do ambiente de convívio em que decorreram.

Almeida Santos dá-nos conta do que por lá se passou.

Como noticiámos no último número do «ELO», realizaram-se no passado dia 5 de Maio, em Alcobaça, várias actividades de âmbito associativo por iniciativa do Núcleo da ADFA naquela vila e com o apoio da Sede.

O programa levado a efeito incluiu uma reunião com os sócios da zona, inauguração de uma exposição e almoço-convívio.

A reunião, iniciada pelas 10 horas, na Sala da Assembleia Municipal de Alcobaça, para o efeito cedida pela respectiva Autarquia, contou com a presença de cerca de quarenta sócios daquela área, os elementos da Comissão Instaladora do Núcleo, elementos da Direcção Central e o responsável pela Secretaria da Sede.

Nesta reunião, muito participada, foram discutidas várias questões de âmbito associativo, nomeadamente, o trabalho desenvolvido, a importante função do Núcleo, as dificuldades existentes e a necessidade de se desenvolver a participação associativa ao nível local, tendo aqui os Núcleos um papel de primordial importância.

A reunião serviu para informação e esclarecimento dos associados presentes sobre direitos e deveres dos

Deficientes das Forças Armadas, tendo ainda sido prestada informação sobre questões de carácter burocrático e processual que cada um colocou.

Exposição no Turismo

Terminada a reunião, seguiu-se a inauguração de



O presidente da Câmara Municipal de Alcobaça durante a visita à exposição

uma exposição fotográfica, no Posto de Turismo, montada no dia anterior com a colaboração da Sede.

Esta exposição, patente ao público durante uma semana, contou com a visita do presidente da Câmara de Alcobaça, com quem tivemos oportunidade de esta-

belecer um cordial diálogo, mostrando-se o mesmo bastante sensibilizado para a problemática do deficiente e pronto a colaborar, dentro das suas possibilidades, com o Núcleo da ADFA.

Também aquele autarca, no cumprimento do Serviço Militar, esteve em zona de combate, assistindo, logicamente, a muitas evacuações, razão por que se sente bastante familiarizado connosco.

O presidente da Câmara Municipal apresentou-nos ainda as suas desculpas por

mações sobre uma zona historicamente muito rica, além de que o referido posto se localiza no centro da vila.

Almoço: Pretexto para conviver

O almoço, realizado no restaurante «Corações Unidos» foi pretexto para um agradável convívio entre todos, onde não faltou o bom humor. Apenas um pormenor, e ainda bem que assim foi, pois, quando chegamos ao restaurante, os lugares reservados em torno de uma mesa gigante não chegavam para todos, o que significa que o número de participantes foi maior do que inicialmente se esperava. Questão que também foi imediatamente resolvida com a colocação de outra mesa.

No tocante à refeição, abundantemente servida, onde ninguém poderia passar fome, achamos que a mesma estava muito bem confeccionada, a pinga era boa e os adicionais também.

Dinamismo e hospitalidade

Já de regresso a Lisboa, não podemos deixar de visitar a casa do Manel, elemento da Comissão Instaladora, onde fomos colocados perante o bom vinho e o chouriço, tudo feito por ele e com aquele gostinho...

No sábado, dia 4, deslocámo-nos a Alcobaça a fim de acertar os últimos porme-



Aspecto do almoço

nos e colaborar na montagem da exposição.

Chegados ao local um pouco antes da hora combinada, fomos procurar os elementos da Comissão Instaladora do Núcleo e encontramos o Sílvio numa das equipas da localidade, não obstante a deficiência de que é portador.

De novo no local, junto ao Posto de Turismo, não tardou que os responsáveis pelo Núcleo se juntassem para o trabalho que os esperava.

Terminadas as tarefas, surgiram logo convites para alojamento que afinal incluíam pensão completa.

Aceitamos um convite, do Manel. O Silva, da Cela Nova, fica para a próxima.

Saliente-se que os sócios desta zona, tanto quanto sabemos, encontram-se praticamente todos integrados profissionalmente nas fábricas ou serviços existentes na região.

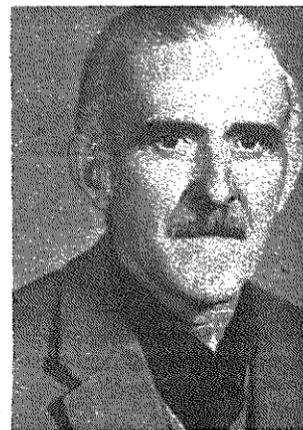
Como se sabe, este Núcleo foi criado há cerca de um ano e vem desenvolvendo um trabalho muito valioso em termos de sensibilização das entidades e população local no que diz respeito à questão da integração social e mobilização associativa, trabalho esse que não deve e não pode parar, pois só assim conseguiremos manter viva a ADFA e os ideais que presidiram à sua criação, na defesa daqueles que se deficientaram aquando da prestação do Serviço Militar.

Sócios falecidos

JOÃO LOPES DE FARIA, sócio n.º 890, faleceu no passado dia 18 de Janeiro, com 36 anos, vítima de fractura do pescoço com secção da medula. Era natural de Selça — Vila Nova de Ourém onde foi sepultado.



JOAQUIM DUARTE NUNES, sócio n.º 3871, faleceu no dia 18 de Abril em acidente num tractor com que estava a trabalhar. Tinha 37 anos e era natural de Barbaído — Freixial do Campo. Tinha sido ferido na Guiné em 1969 de que resultou atrofiamento do braço direito.



JOSÉ VIEIRA, sócio n.º 6451, faleceu em 17 de Abril, com 61 anos, em S. José — Ponta Delgada e foi a ser sepultado em Rabo de Peixe — Ribeira Grande de onde era natural. Era pai de José Eduardo Vieira morto durante a guerra.



JOAQUIM ANTÓNIO LOURENÇO, sócio n.º 5875, de 53 anos de idade, faleceu no dia 4 de Abril vítima de acidente de automóvel, era natural de Alter do Chão e residiu em Lisboa. Foi a sepultar no cemitério do Alto de S. João. Tinha sido ferido por estilhaços de granada em Angola-Nambuangongo em 1962, era casado e deixa dois filhos menores.



Reunião com sócios na Assembleia Municipal



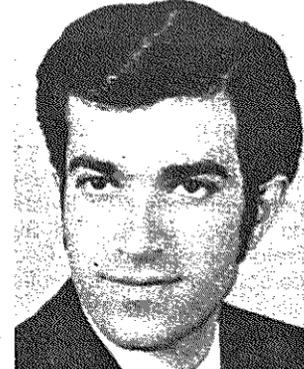
Um deficiente civil visita a exposição da ADFA

JOSÉ ALMEIDA LAMEIRAS, sócio n.º 1027, faleceu no dia 20 de Março de 1985. Era natural do Ferro — Covilhã, era amputado da mão esquerda e cego da vista do mesmo lado. Estas deficiências resultaram de uma emboscada de que foi vítima em Angola em 1966.



JOSÉ LICÍNIO DOS SANTOS LOURENÇO, sócio n.º 1860, faleceu no passado dia 19 de Fevereiro, vítima de tuberculose pulmonar, tinha 46 anos e deixa 4 filhos menores. Este sócio sofria de doença pulmonar contraído em serviço em Angola. Era natural de Vila do Conde onde foi a sepultar tendo contado com a presença do senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ DE FIGUEIREDO, sócio n.º 2957, faleceu no passado dia 20 de Maio vítima de derrame pulmonar. Este sócio era natural de S. Jorge — Porto de Mós, era casado, tinha um filho e sofria de doença do coração adquirida em serviço em Angola em 1977.



JOSÉ DE SÁ LOPES VIEIRA, sócio n.º 985, faleceu em 12 de Abril de 1985. Era natural de Condemaria — Vila Nova de Ourém tinha 56 anos e tinha sido ferido em Moçambique.

AUGUSTO DOS SANTOS, sócio n.º 2260 faleceu em Fevereiro de 1985 com 61 anos de idade, era natural de St. Justa — Lisboa.

Aos familiares dos sócios falecidos apresentamos as nossos mais sentidas condolências.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES EM VIAS DE SE TORNAR REALIDADE

Com a realização de um congresso prevista para Novembro próximo, a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes deverá tornar-se uma realidade. Entretanto vêm sendo desenvolvidos intensos contactos com várias entidades, nomeadamente o Secretariado Nacional de Reabilitação e a Direcção Geral dos Desportos com vista ao empenhamento desses órgãos nesta iniciativa. Mas para além de tudo, o momento é de abertura de uma ampla discussão em torno do projecto.

A Comissão Instaladora da FPDD foi recebida no início de Maio pelo Secretário Nacional de Reabilitação e, dias depois, pelo Director Geral dos Desportos, aos quais apresentou o seu projecto de programa. Junto desses responsáveis, a Comissão Instaladora solicitou apoio técnico para o levantamento da actual situação, nomeadamente no tocante ao recenseamento do pessoal técnico qualificado e ao ponto da situação quanto à acessibilidade das instalações desportivas do País.

Os responsáveis contactados mostraram-se sensibilizados para o problema e o Director Geral dos Desportos, dr. Mirandela da Costa, adiantou mesmo que já foi pedida reserva de instalações para a FPDD no futuro edifício das federações desportivas.

Posteriormente, a Comissão Instaladora reuniu, em 20 de Maio, na DGD. Nessa reunião, além das associações que a constituem, estive-

ram ainda presentes representantes da Associação Portuguesa de Deficientes, da Associação de Cegos Luís Braille, da Associação de Pais de Crianças Diminuídas

Mentais, da Cooperativa Nacional de Apoio ao Deficiente (CNADE) e da Liga de Cegos João de Deus. Além de várias questões relativas à legalização da Federação, foi estabelecida a quotização (500 escudos por associação a partir de Janeiro) e foi marcada para Novembro a data do Congresso que deverá aprovar o Programa e os Estatutos da futura Federação.

Houve consenso quanto aos locais de trabalho privilegiados para a Comissão instaladora, que deverá reunir de preferência no SNR ou na

DGD dada a co-responsabilidade desses organismos no bom andamento dos trabalhos, embora sem perder de vista que a Federação deverá ser sempre orientada pelas Associações de Deficientes.

À FPDD caberão no futuro as tarefas de coordenar e apoiar tecnicamente as manifestações desportivas dos deficientes não só no domínio da competição (em que os atletas portugueses tem dado excelentes provas) mas também com particular realce no domínio do desporto de manutenção.

PROMOVIDOS POR «OS GALGOS»

MOTO-RALI E TRIATLO DURANTE AS FESTAS DA CIDADE DE LISBOA

O Centro Desportivo «Os Galgos», colectividade de desporto para deficientes de Lisboa promoveu no dia de encerramento desta edição do ELO uma conferência de Imprensa na Loja do Secretariado Nacional de Reabilitação para dar conta de algumas das suas realizações e dos problemas com que se debate. No domínio das realizações avultam um moto-rali para triciclos motorizados e um triatlo para deficientes, a realizar em Junho. No domínio dos problemas, a falta de sede própria é de momento, o maior.

Fundado em Outubro de 1984, o Centro Desportivo «Os Galgos» re-

sulta do empenhamento de uma meia dúzia de deficientes que pretendem criar uma associação exclusivamente voltada para a prática do desporto.

Debate-se este Centro com os problemas habituais de falta de apoios e falta de material desportivo, além da falta de sede própria. Apesar disso, algumas realizações vão sendo levadas a cabo.

Assim, no dia 16 de Junho a partir das 8H00, realiza-se um moto-rali para triciclos, integrado nas Festas da Cidade de Lisboa, que conta com o apoio do Município, do

Secretariado Nacional de Reabilitação e da Delegação de Lisboa da Direcção Geral dos Desportos, além de várias empresas comerciais.

Ainda integrado nas Festas da Cidade de Lisboa, os Galgos promovem no dia 30 de Junho no Estádio da Luz, a partir das 9 horas, um Triatlo que consta de prova de corrida de 100 metros, um lançamento (à escolha do atleta), e corrida de 1000 metros. Prova facultativa e não pontuável, realizar-se-á ainda um «slalon» em cadeira de rodas.

A estas provas poderão concorrer todos os deficientes, motores e sensoriais, e as inscrições (gratuitas) podem ser feitas através do Tel. 853451 de Lisboa, estando previstas participações individuais e colectivas.

O Centro Desportivo «Os Galgos» tem sede provisória na R. Marquesa de Alorna, n.º 12 r/c em Lisboa (Alvalade).

DIA NACIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL

A ADFA participou nas actividades comemorativas do Dia Nacional da Segurança Social, que foi comemorado em 8 de Maio, nas modalidades de ténis de mesa, futebol de salão e basquetebol em cadeira de rodas.

Não queremos deixar de realçar as atenções de que fomos alvo por parte da direcção da Federação Portuguesa dos Centros de Cultura e Desporto da Segurança Social.

SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

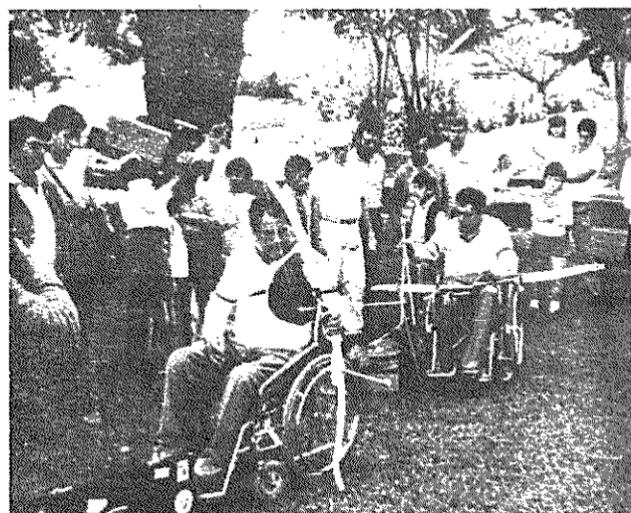
Tel. (01) — 2202385

SOCIO **ARMANDO ALVES**

R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS

2800 ALMADA



DEMONSTRAÇÃO DE TIRO COM ARCO

Realizou-se no dia 25 de Maio, no Funchal, uma demonstração de tiro com arco com a presença dos nossos associados Mário Sobral e José Lucas dos Santos.

Esta jornada integrou-se na inauguração das novas instalações da Delegação do Funchal e teve o apoio do Governo Regional da Madeira.

O tiro com arco é uma modalidade em que o deficiente está em pé de igualdade com os demais concorrentes.

O emissor regional de televisão da Madeira, que fez a cobertura da demonstração, contribuiu assim para sensibilizar a população daquela Região Autónoma para a prática deste desporto.

De registar igualmente a calorosa recepção que a Delegação do Funchal nos proporcionou e que jamais esqueceremos.



7.ª ESTAFETA DOS CAMPOS VERDES — BEJA 85

A Associação Cultural e Recreativa Zona Azul realizou-se no passado dia 5 de Maio a «7.ª Estafeta dos Campos Verdes — Beja 85».

A ADFA participou com uma equipa de cadeira de rodas.

Tal como nos anos anteriores recebemos o apoio da Associação Cultural e Recreativa Zona Azul e do Centro Regional da Segurança Social de Beja, que viabilizou a nossa presença e a de outras equipas suportando para o efeito as despesas de delegações e estadia.



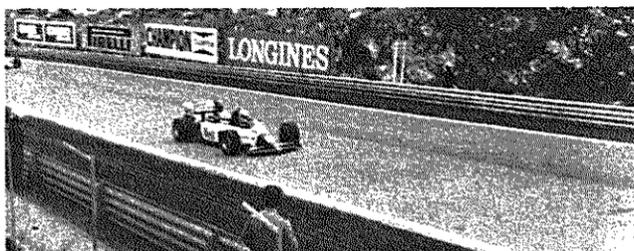
NATAÇÃO

Continuam a decorrer as aulas de natação na Piscina da Penha de França, gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Lisboa. Estas aulas prolongam-se ainda até final do mês de Junho, com o seguinte horário:

Segundas e Sextas-feiras: das 10 às 11H30.

CARLOS NOIVO

FÓRMULA UM: ESPECTÁCULO À CHUVA



Dia 21 de Abril de 1985, 16 h. e 45 m., Autódromo do Estoril; final do 5.º Grande Prémio de Portugal de Fórmula 1: O jovem brasileiro (25 anos) Ayrton Senna da Silva, confirmando todas as expectativas, após os treinos, classificou-se em 1.º lugar nesta que foi a segunda prova do Mundial de Fórmula 1 1985, e a sua 16.ª corrida nesta fórmula, respectivamente.

Debaixo de uma chuva que teima em não nos deixar, assistimos nesta tarde de domingo a uma interessante corrida, onde devido ao mau tempo qualquer prognóstico seria infundado; assim e depois de termos assistido nos treinos a um completo domínio dos carros da Lotus pela mão dos seus dois pilotos Ayrton Senna e Elio de Angelis, o panorama não se alterou

significativamente para a corrida. Bastará dizer para tal que o 1.º classificado cortou a meta com 1 m. e 27 s. do segundo, o Ferrari de Michele Alboreto, e com uma volta ou mais sobre os demais concorrentes que se limitaram a assistir a um festival de condução deste jovem piloto; entre estes contava-se o actual campeão do Mundo Niki Lauda que perdeu uma volta ainda antes do meio da corrida.

De salientar ainda o bom desempenho de Patrick Tambay da Renault (3.º classificado), que estreava nesta prova o novo motor da marca o EF-15; e ainda de Stefan Bellof (Tyrrrel) 6.º classificado depois de uma prova convincente com um carro completamente desactualizado, ainda sem motor turbo.

Alberto Pinto

DIA 15 DE JUNHO (DAS 9 ÀS 19 HORAS)

ELEIÇÕES GERAIS PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ADFA

Conforme anunciado já no último número do «Elo», vão realizar-se no próximo dia 15 de Junho eleições para todos os órgãos sociais da ADFA.

A eleição, conforme convocatória publicada no último número e que neste reproduzimos (1.ª pág.), realizar-se-á em Assembleia Geral Nacional Eleitoral, a qual funcionará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas e ainda com mesas de voto nos núcleos existentes. Haverá, assim, mesas de voto na sede da Associação, nas instalações das Delegações e em todos os Núcleos. Mais adiante são indicados os locais de votação dos Núcleos.

Os sócios votarão, conforme boletins de voto que lhes serão fornecidos, para os Órgãos Sociais Centrais e para os Órgãos da Delegação a que pertencem.

Nas páginas centrais deste número são apresentadas as duas listas candidatas aos Órgãos Sociais Centrais (A e B), bem como os respectivos programas. Noutro local são apresentadas as listas candidatas aos Órgãos das Delegações, havendo em algumas apenas uma lista e noutras, duas.

Neste número publicamos também um calendário das reuniões das duas listas candidatas aos Órgãos Sociais Centrais, durante a campanha eleitoral.

LOCAIS DE VOTAÇÃO NOS NÚCLEOS

Os sócios que residem na área dos Núcleos podem aí exercer o seu direito de voto, evitando, deste

modo, a deslocação à Delegação a que pertencem ou à Sede.

São os seguintes os locais onde funcionarão as mesas de voto dos Núcleos:

CASCAIS: Grupo Dramático e Sportivo de Cascais — Pavilhão dos Desportos, Cascais.

ALCOBAÇA: Sala da Assembleia Municipal (no Mercado de Alcobaca).

CHAVES: Forte de S. Francisco, Chaves.

VILA DO CONDE: Calçada do Lidador, n.º 46, Vila do Conde.

SÓCIOS DA DELEGAÇÃO DE ÉVORA VOTAM EM LISBOA

Dado que a Delegação de Évora se encontra temporariamente encerrada, por deliberação do Conselho Nacional de 26 de Janeiro último, não se realizam aí eleições para os Órgãos Sociais da Delegação. Nem sequer, nos termos do Regulamento Eleitoral, aí poderá funcionar uma mesa de voto. No entanto, os sócios da Delegação de Évora podem exercer o seu direito de voto na sede, pronunciando-se assim, apenas, sobre a eleição dos Órgãos Sociais Centrais.

Logo que o Conselho Nacional, decida reabrir a Delegação de Évora, realizar-se-ão aí eleições para os Órgãos Sociais da delegação.

HORÁRIO DAS MESAS DE VOTO

Conforme consta da convocatória, as mesas de voto abrem às 9 horas da manhã do dia 15 de Junho e encerram às 19 horas do mesmo dia, sem qualquer interrupção. Durante este período, os sócios poderão exercer livremente os seus direitos de voto.

DELEGAÇÃO DO DIREITO DE VOTO

Os sócios podem, conforme consta do Regulamento Eleitoral, delegar o seu direito de voto noutro associado. Essa delegação, conforme determina o art.º 20.º do Regulamento, é possível quando «por qualquer motivo de força maior os sócios não possam estar presentes no acto eleitoral». Nessas circunstâncias, poderão «nomear representante através de documento com assinatura reconhecida pelo Notário e respectivo número de sócio».

Embora não seja exigida comprovação desse «motivo de força maior», aqui se exortam os sócios a exercerem pessoalmente este seu direito e simultaneamente dever associativo que é a eleição dos órgãos responsáveis pela condução da Associação nos próximos dois anos.

O processo eleitoral está a decorrer dentro da maior normalidade, no respeito pelos interesses da Associação, o que é já indicador de que mais uma vez daremos provas da nossa maturidade num acto eleitoral livre e democrático.

DELEGAÇÃO DO PORTO

COMUNICADO ELEIÇÕES

CAMARADAS:

Dia 15 de Junho (sábado) realizam-se «ELEIÇÕES» gerais na ADFA.

Como sabeis, VOTAR É UM DIREITO importante, que nos assiste e por ELE cada um intervirá na escolha da orientação futura da Associação.

Como sabeis, também, VOTAR é um DEVER a que nos devemos obrigar. E porquê?

— Porque a tua Associação será tanto mais forte quanto maior for a participação dos sócios.

E NÓS TEMOS QUE SER FORTES:

— Para podermos defender os direitos já conquistados;
— Para podermos lutar por aqueles que ainda não foram alcançados.

Os sócios que têm a sua situação melhor resolvida não devem esquecer o exemplo dos **INVÁLIDOS DE GUERRA** que com boa situação de início, terminaram numa situação de miséria.

Os sócios que se encontram em situação, de maior injustiça **LEMBREM-SE QUE O DESÂNIMO ENFRAQUECE**, que a fraqueza não vence obstáculos que só com persistência se atingem os objectivos.

Por tudo o que atrás se refere:

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DA DELEGAÇÃO DO PORTO CONVIDA E APELA À PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO ACTO ELEITORAL.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE POR CERCA DE 15 000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 36 21 67/8/9
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

LISTAS CANDIDATAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DAS DELEGAÇÕES

(Continuação da pág. 8)

DELEGAÇÃO DO FUNCHAL

LISTA ÚNICA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: José Luciano da Silva Dinis, sócio n.º 1004
1.º SECRETÁRIO: Francisco Xavier Monteiro, sócio n.º 9618
2.º SECRETÁRIO: Manuel Ferreira, sócio n.º 5993

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Augusto Geraldo de Faria Paulino, sócio n.º 6
SECRETÁRIO: José João Macedo, sócio n.º 7743
TESOUREIRO: Manuel Brás da Costa, sócio n.º 4252

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: João José Nobre Pereira, sócio n.º 9619
RELATOR: Rui Manuel Catanho da Silva, sócio n.º 6455
VOGAL: Cândido Oscar de Freitas Dinis Ferreira, sócio n.º 2620

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO
Armando Augusto Vieira Costa, sócio n.º 8984

SUPLENTES

João de Sousa, sócio n.º 5645
José Aníbal Cardoso Correia, sócio n.º 8918
Manuel de Freitas Gouveia, sócio n.º 4502

DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

LISTA ÚNICA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

PRESIDENTE: Eduardo Jorge Vicente Cabral, sócio n.º 3735.
1.º SECRETÁRIO: José Cabral Viveiros, sócio n.º 5987.
2.º SECRETÁRIO: Tobias Melo Medeiros, sócio n.º 582.

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: Jaime Fernando Leite Domingues, sócio n.º 5919.
SECRETÁRIO: Manuel Moniz, sócio n.º 8565.
TESOUREIRO: Manuel de Medeiros Pereira, sócio n.º 8038.

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: António Manuel Gaspar Carvalho, sócio n.º 436.
RELATOR: Hermanno Aguiar Teves, sócio n.º 6657.
VOGAL: José Jacinto Cabral, sócio n.º 5317.

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVO
Severiano Luiz Pacheco de Almeida, sócio n.º 5316.

SUPLENTES

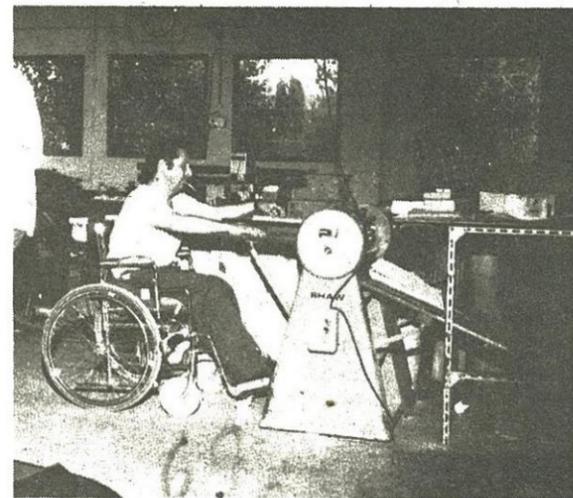
João Luiz do Couto Costa, sócio n.º 5599.
Moisés Pereira da Luz, sócio n.º 5520.
António Branco Lopes Gonçalves, sócio n.º 2634.

PROJECTO DO ISEF PARA A SECÇÃO DESPORTIVA DA ADFA

O Gabinete Especial de Educação e Reabilitação do Instituto Superior de Educação Física apresentou um projecto de organização da Secção Desportiva da ADFA, no âmbito do apoio técnico que vem prestando à nossa Associação desde há cerca de dois anos.

O projecto apresentado procura ter em conta as particularidades etárias e motivacionais dos nossos associados, baseando-se no levantamento e caracterização da massa associativa da ADFA do ponto de vista desportivo que um grupo de trabalho daquele estabelecimento de Ensino realizou.

OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA



EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Tiragem deste número: 11 000 exemplares